

TOGA^e literatura

Revista cultural da Amapar
Dezembro 2010 - #06



Artigos
Crônicas
Músicas
Pinturas
Poesias



A VOCAÇÃO DE UMA ESCOLA

A capa é um estudo artístico da fachada da Escola da Magistratura do Paraná que, neste junho, completa 28 anos.

São gratas as lembranças dos magistrados sobre os primórdios da Emap. Em observações emocionadas narram soluções originais e inéditas durante o processo ensino-treinamento. Os cursos de especialização para magistrados realizados na Colônia de Férias Des. Antônio Franco Ferreira da Costa ficaram na memória dos que deles participaram. Reunidos em Guaratuba, aproximadamente 30 juizes por curso, acomodavam-se dois a dois nos apartamentos, em verdadeiro regime de internato. Despertados ao raiar do sol partiam para debates de temas controversos com juristas convidados. Apesar do sol, da visão do mar, da maresia, do calor, ninguém se afastava dos estudos. As refeições de frutos do mar (ostras, camarões, linguados, garoupas), eram preparadas com todo o esmero pelo 'chef' Cavuca, des. Sidney Mora, reconhecido mestre da culinária. Até que, um desavisado presidente do TJ sugeriu que os encontros fossem transferidos para outro local, justificando ser impossível alguém estudar e aprender qualquer coisa na praia. Ledo engano!

O des. José Munhoz de Mello, jovem presidente do TJPR, num ato de inteligência e coragem, desligou o Tribunal de Justiça do Paraná das secretarias estaduais da Fazenda e do Interior e Justiça, onde figurava como um mero departamento. Manteve, durante sua gestão, na década de 50, todas as comarcas paranaenses providas de juiz de direito. É considerado o 'Reformador do Poder Judiciário Paranaense' pelas providências adotadas, fruto da sua competência administrativa e habilidade política.

E cantar é um prazer! Um incentivo na vida das inspiradas Nice, Bruna, Amanda e Nizza. Felizes de nós que partilhamos de suas audições.

As valiosas telas de Corradin, Jaskulski e Garfunkel pertencem ao acervo do museu do Tribunal de Justiça do Paraná. Enfeitam as salas dos edifícios do Palácio da Justiça e do Anexo. As imagens, já digitalizadas, sob a guarda do museólogo Darbi Wolf, foram cedidas especialmente para esta edição.



 **Chloris Elaine Justen de Oliveira**
Editora

EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Gil Guerra • **Diretora do Departamento de Memória e**

Arquivo e Editora: Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:**

Marco Medeiros - Drt/PR 3364 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M. Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda Coelho • **Tiragem:** 1500 exemplares •

Colaboração: Rômulo Cardoso e Darbi Wolf • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Palácio da Justiça - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR - Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Lira dos Anjos!

Para mim é sempre um momento especial redigir o editorial da Toga e Literatura, confesso aqui, um projeto pelo qual nutro especial carinho, mercê daquilo que nos revela.

Por primeiro, o talento de nossa Editora, Chloris Elaine Justen de Oliveira, amiga da história e das expressões artísticas, nos seus mais variados matizes.

Para além disso, o talento humano da Toga, numa eloquente manifestação de que por sob os panos negro e encarnado habita o homem e as manifestações de seu espírito, especialmente seus talentos artísticos.

Há vez em que essa expressão não está no Ser-Juiz e recai, para nossa alegria, em nossos companheiros e companheiras, filhos e filhas, entes próximos! Há nesta edição evidências maravilhosas disso.

Por isso, nos foi grata a oportunidade de falar aqui sobre nossos “anjos-cantores”: Nice, Nizza, Amanda e Bruna. Igualmente, a chance de ver aqui se perpetuar um talento raro, o de contar história de forma responsável e abalizada, como faz Márcio Justen de Oliveira, nessa incursão que revela mais uma de suas brilhantes faces.

A reverência a ícones de nossa história – Meu Deus! O que seria de um povo sem história! – está estampada nas linhas que nossa Editora dedicou ao gênio de Munhoz de Mello, o homem que por vaticínio de Izaias Bevilacqua demonstrou, desde aquela remota era, que antiguidade não é posto em termos de cargos executivos.

Perpassamos pela sensibilidade de Eudeni Magalhães, tão evidente em suas linhas e que nos inspira a ler, sentir e haurir o sentimento de homens-juizes que, comprometidos com os votos da Toga, fizeram mais em prol das gerações vindouras, construindo a história da modelar Escola da Magistratura do Estado do Paraná, já laureada com a distinguida honra de situar-se como a melhor Escola de Magistratura do Brasil o que, bom que se diga, não é pouco!

Há um outro aspecto, muitíssimo interessante e que a todos concita pensar, especialmente num momento em que os predicados objetivos da juventude são opostos aos jovens há mais tempo, nos debates sobre o sistema de seguro de nossas vidas, como já tive oportunidade de dizer, idealizado por jovens juizes acerca de trinta anos atrás.

É o exemplo de viço, disposição e espírito aventureiro de “RobCury”, como é conhecido o des. Robson Marques Cury no meio “duas rodas”, numa forma de arte, a arte de viver bem a vida, que todos devemos seguir, exemplificando que “mais do que máquinas, precisamos de humanidade”, como dizia um jovem precursor da sétima arte, o inolvidável Chaplin.

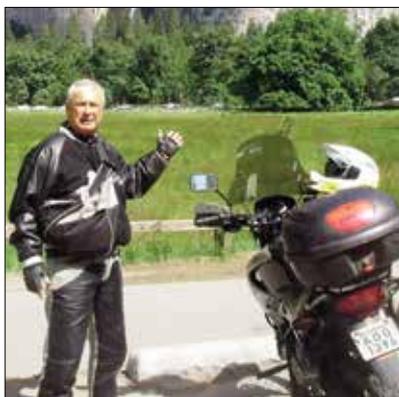
Aliás, dizia mais o gênio imortal:

“A máquina, que produz em grande escala, tem provocado a escassez. Os nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; a nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade; mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura! Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo estará perdido.” **Charles Chaplin**, discurso proferido no final do filme “O Grande Ditador”.

Por fim, é ensejo de agradecer a todos que cooperaram com este projeto, como também de externar nosso fraternal abraço a todos os destinatários desta obra.



Gil Guerra
Presidente da AMAPAR
 Gestão 2010-2011



6

Espírito de aventura



12

José Munhoz de Mello



30

**Nizza Fellus
Laurindo de Souza**



20

Cabeza de Vaca



36

Nice Luz

79

Pintores

**Inos Corradin
Raimundo Jaskulski
Paul Garfunkel**



44

**Bruna
Ventura
Muggiati**



46

**Amanda Christiane
Rocha Nicolau**



49

Memória da EMAP

Imitar é criar

*Imitar é o que faço
A história não disfarça
Eh! Quem conta algum conto
Aumenta sempre um ponto!*

*Nenhuma coisa se cria
A natureza copia:
Imitar a natureza
Constitui uma lindeza!*

*O alicerce já está posto
Trabalhe com muito esforço
Para o novo edificar
E o antigo modificar!*

*Não desaparece o antigo
Porque o renovo subsiste
Porque a origem fundamenta
Com todos seus rudimentos!*

*Porém aquele inventor
Logo esquece o criador
Uma patente registra
Para não correr o risco!*

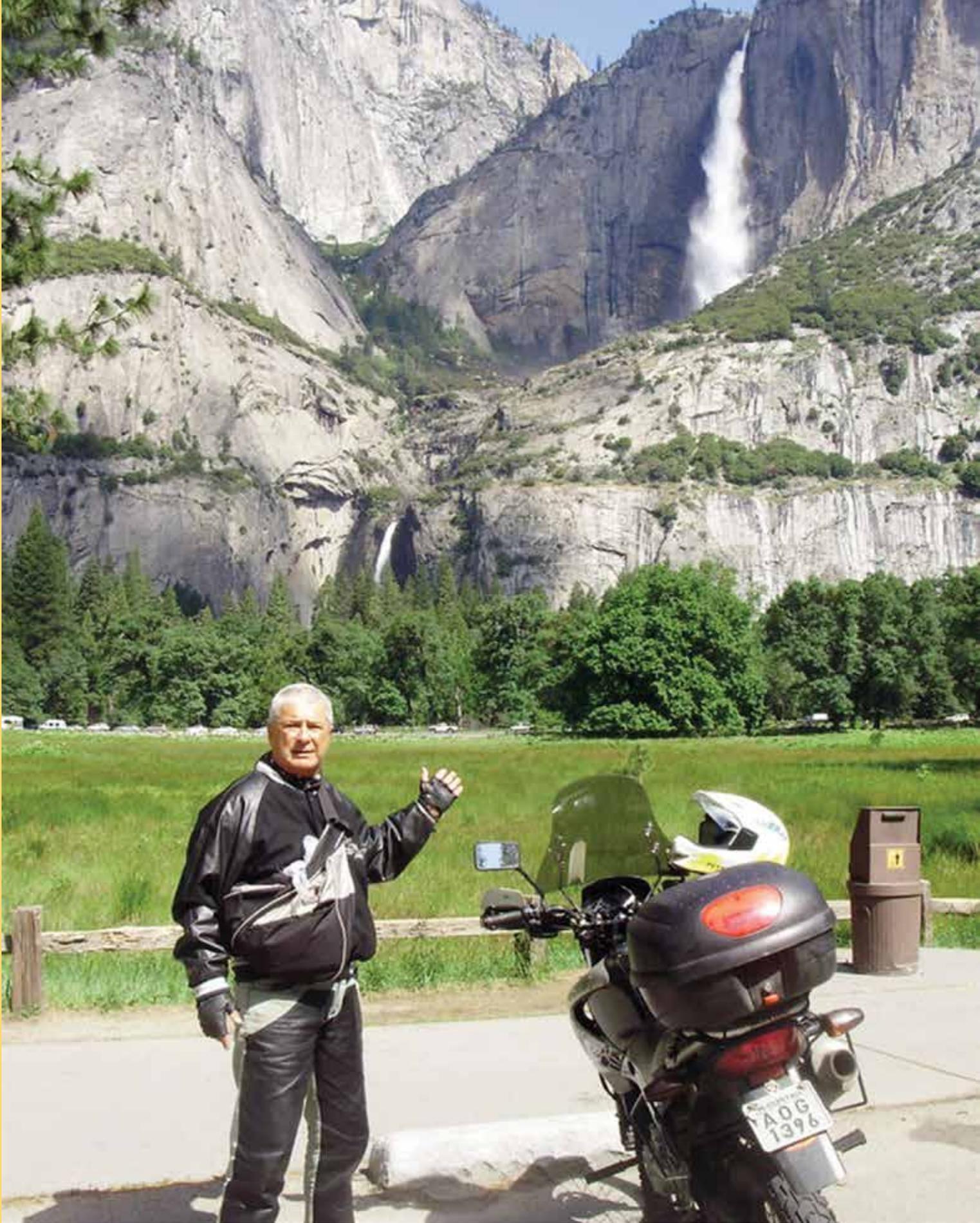
*Esta regra os autores
Ah! Dela são os senhores
Que defendem a moral
Até mesmo no mural!*

*Lamento tal atitude
Que orienta tal conduta
Porque sem imitação
Não haverá coroação!*

*Porque quem não imita
A existência não esguicha
Quem não imita não copia
O que a natureza cria!*

76

**José Eudeni
Magalhães**



Maior pedra granito do mundo – USA.

Espírito de aventura

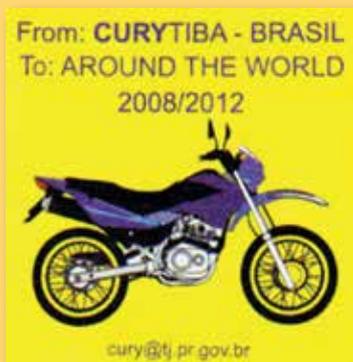
Around the World

Por Robson Cury

Durante décadas acalentei o sonho de dar a volta ao mundo de motocicleta. Com o passar dos anos o que era sonho foi tomando forma até transformar-se no projeto “*Around the World 2008/2012*”, cuja primeira fase consistiu na realização de testes com diversos tipos de motocicletas. Enfim, escolhi a Honda Falcon, com 400 cc de potência, pesa carregada cerca de 200 kg (sem o piloto), que traz na carenagem o seguinte dizer: “*Adventure Spirit*”. Talvez tenha sido ela que me escolheu...

No início do mês de agosto de 2008, após ter realizado pequenas viagens de preparação, o que foi sonho e transformou-se num projeto começou a virar realidade: parti de Curitiba com destino ao Panamá. Passei por Porto Velho, Manaus, Boa Vista e, então, sai do território brasileiro e entrei na Venezuela e, na Colômbia, percorrendo de barco os rios Madeira e Amazonas e o Oceano Atlântico de Cartagena até o Panamá, via arquipélago de San Blás.

A primeira parte da viagem foi solitária, mas em Manaus encontrei com minha esposa Regina que voou até a antiga capital para me encontrar e fez comigo diversos passeios antes de prosseguirmos.





Passo 4 de Julho – Washington, divisa com Idaho (USA).



Em abril de 2009, eu e Regina voamos até o Panamá, dando início a segunda etapa da viagem. Pegamos a moto em Colón, na costa do Oceano Atlântico, e atravessamos 6 países da América Central. Minha esposa me acompanhou por 30 dias e retornou para casa de avião, de Acapulco, no México. Eu prossegui entrando nos EUA pelo estado da Califórnia, onde enfrentei o deserto de Baja, e visitei diversos parques nacionais. Atravessei as províncias de British Columbia e Yukon, ambos no Canadá, e o estado do Alaska, deixando a Falcon em Anchorage.

Devido à demora no transporte marítimo, adquiri outra Falcon para concluir o eixo norte-sul. No início de 2010, percorri 11 mil quilômetros, em 17 dias, até o extremo sul do continente, no trecho Curitiba-Ushuaia-Curitiba, visitando Torres Del Paine, no Chile, e Perito Moreno, na Argentina. Aproveitei o final do verão em fevereiro, mas mesmo assim, além dos fortíssimos ventos da Patagônia,





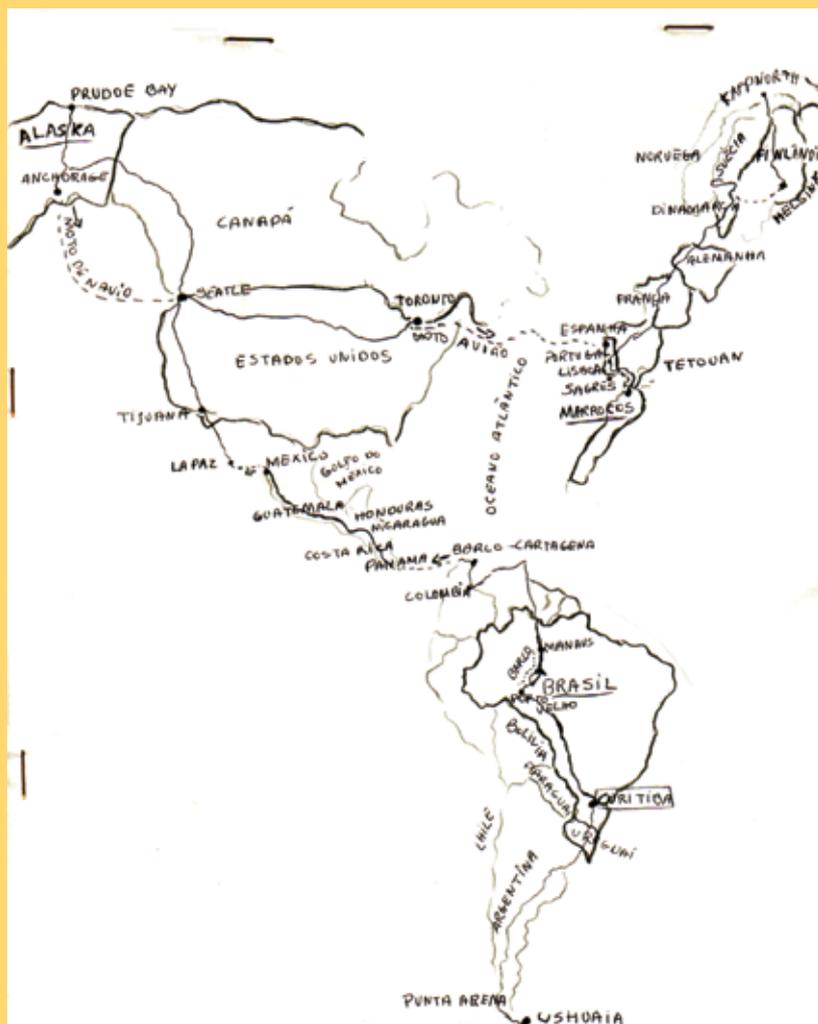
Vale de Anton – Panamá.

Surfe em Porto Escondido – México.



Cartagena, Colômbia – moto no veleiro.

Mapa de viagem.



enfrentei nevasca no Paso Garibaldi e, antes do fim da terceira etapa, ainda fui atacado por uma matilha de cães, sofrendo violenta queda no Glaciar do Cerro Martial.

A quarta etapa teve início no mês de maio de 2010, em Seattle, nos EUA, para onde a minha velha moto foi transportada de navio. Depois de percorrer os estados de Washington, Idaho, Montana, Minnessota, Wiscosin, Illinois e Michigan, entrei no Canadá, onde pude conhecer a Niagara Falls e a bela cidade de Toronto. De lá a Falcon foi transportada de avião para Lisboa, onde Regina me encontrou. Após ver o Papa que visitava Portugal, percorremos a península ibérica durante um mês, visitando Fátima,

Porto, Santiago de Compostela, Madrid, Extremadura, Sevilha; então atravessamos de “ferry boat” o Estreito de Gibraltar até Tetouan, no Marrocos, e voltamos para a Europa passando por Faro, Albufeira, Sagres, no Algarve, em Portugal. Nesse ponto, perdi minha companheira, que retornou para Curitiba, e prossegui sozinho para o norte, cruzando a Espanha, a França, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega e a Finlândia, até chegar a Northkapp, no Oceano Ártico, destino de verão das motocicletas da Europa.

A Falcon permanecerá em Helsinki até maio de 2011, quando prosseguiremos para rodar 18.000 km na Rússia, até Vladivostok.



Bispo próxima a
Sagres – Portugal.

Robson Marques Cury

Natural de Tibagi, nascido em 1948. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma de 1972 e licenciado em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, em 1973.

Ingressou na magistratura em 1976 como juiz adjunto da Seção Judiciária de União da Vitória. Após o concurso para juiz de direito, em 1978, julgou nas comarcas de Dois Vizinhos, Cerro Azul, Toledo, Cascavel e Curitiba, aonde assumiu a Vara da Infância e da Juventude, junto aos Juizados Especiais. Nomeado juiz de alçada do TAPR em 2000 e, em 2005, promovido para o cargo de desembargador do TJPR.

No magistério é professor da Emap, lecionou na Faculdade de Administração de União da Vitória e em Toledo, na Unioeste.

Esportista e fotógrafo amador, dedica-se a esportes náuticos e aos de grande percurso. Atualmente, prossegue no seu projeto de dar a volta ao mundo em duas rodas, numa motocicleta.

A passagem de José Munhoz de Mello pelo Tribunal de Justiça

Por Joaquim Munhoz de Mello

I. A vaga ocupada por meu pai no Tribunal de Justiça do Paraná tem uma curiosa história, que merece ser lembrada nesta oportunidade. A Constituição Federal de 1946, promulgada em 18 de setembro daquele ano pela Mesa da Assembleia Constituinte, convocou eleições gerais nos Estados para governador e deputados, dispondo que as Assembleias Legislativas exerceriam “*inicialmente função constituinte*”. Como consequência, adveio a promulgação da Constituição Estadual em 12 de julho de 1947, que elevou para 11 o número de desembargadores no Tribunal de Justiça. Entendendo que a elevação do número de desembargadores dependia de proposta de sua iniciativa, negou-se o Tribunal de Justiça, formalmente, a compor a lista para o preenchimento dos novos cargos, motivando o oferecimento de representação do Procurador Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, por provocação da Assembleia Legislativa.¹

Atuaram em nome da Assembleia do Paraná Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, então deputado estadual, e José Munhoz de Mello, então deputado federal, tendo o Supremo Tribunal Federal acolhido a representação para julgar insubsistente o ato do Tribunal, por entender que o Poder Constituinte, de que a Assembleia estava investida ao promulgar a nova Constituição, não estava na dependência de proposta de outros poderes para deliberar.

Pois José Munhoz de Mello acabou sendo

¹Trata-se da Representação nº 99, que teve como relator o ministro Ribeiro da Costa, cujo acórdão está publicado no *Archivo Judiciário* nº 85, ps. 195/211.



Desembargador José Munhoz de Mello – Presidente do TJPR de 1953 a 1958.

nomeado para uma das novas vagas, a reservada para o quinto constitucional, em fevereiro de 1948.

E tinha 35 anos de idade.

2. Mercê de seu espírito desarmado, cordialidade de trato e invejável disposição para o trabalho, Munhoz de Mello – como era chamado – conquistou em pouco tempo a simpatia e a amizade de seus provecos colegas, que até mesmo faziam blague com a juventude do novo desembargador, como no seguinte verso do desembargador Xavier da Veiga:

*Uma chupeta encontraram,
No Tribunal, num sofá.
Os colegas perguntaram:
Afinal, que é que há ?*

*O Cartaxo entrou na dança,
Dizendo, com ar singelo:
A chupeta é de criança,
Será do Munhoz de Mello?*

Foi nesse clima de amistosa convivência que Munhoz de Mello foi convocado por seus pares, no final de 1952, para levar ao mais velho dos desembargadores, Isaías Bevilaqua, a notícia de que era consenso dos demais que ele fosse eleito Presidente nas eleições que se avizinhavam.

Desincumbindo-se da missão, Munhoz de Mello foi à casa de Isaías Bevilaqua para transmitir-lhe a auspiciosa notícia, tendo sido surpreendido com a grandiosidade de sua reação. Disse-lhe Isaías Bevilaqua que todos os demais desembargadores estavam errados, pois quem devia ser Presidente era o mais jovem e não o mais velho.

Conduzido pelas mãos de Isaías Bevilaqua, Munhoz de Mello foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em dezembro de 1952, para os anos de 1953-1954.

E tinha 40 anos de idade.



3. Coroava-se a fulgurante trajetória de Munhoz de Mello no Judiciário paranaense, daquele que começara como modesto funcionário ferroviário da Rede Viação Paraná Santa Catarina, no ofício de desenhista que aprendera com o pai, sendo depois escrevente do antigo cartório do Tribunal de Justiça, Promotor Público, Juiz Municipal, Juiz de Direito, Prefeito Municipal de Londrina e Deputado Federal na Constituinte de 1946.

Assumiu a condição de chefe do Poder Judiciário do Estado no ano em que se come-

**CENTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO
POLÍTICA DO PARANÁ – 1953**
Governador Bento Munhoz da
Rocha Neto; Deputado Laertes
Munhoz – Presidente da Assembleia
Legislativa; Desembargador José
Munhoz de Mello – Presidente o
Tribunal de Justiça; Dom Manoel
da Silveira d’Elboux – Arcebispo
Metropolitano.



morava o Centenário da Emancipação Política do Paraná, ocorrido em 19 de dezembro de 1953, data que por rara coincidência reuniu descendentes de um mesmo tronco da família Munhoz na chefia dos Poderes do Estado, pois Governador era Bento Munhoz da Rocha Neto e Presidente da Assembleia Legislativa era Laertes de Macedo Munhoz.

E o vaticínio de Isaías Bevilaqua se revelou correto, pois a tarefa que se descortinava para Munhoz de Mello à frente do Judiciário paranaense exigia muito vigor e dinamismo próprios

da juventude.

O País saía da era Vargas, em que o predomínio do Poder Executivo era absoluto, acachapados o Legislativo e o Judiciário. A Carta Federal de 1946 restabelecera a democracia e assegurara a independência entre os poderes, mas era preciso tornar efetiva na prática a independência do Judiciário, ainda não conquistada. E isto não era tarefa fácil.

Mister do longo período de predomínio do Executivo, o Judiciário paranaense, na sua gestão financeira e administrativa, encontrava-se



REUNIÃO NO GRANDE HOTEL MODERNO

Des. Isaías Bevilacqua; Des. Antônio Leopoldo dos Santos; Des. José Munhoz de Mello.

subordinado às Secretarias da Fazenda e do Interior e Justiça, respectivamente. O Secretário da Fazenda tinha o controle orçamentário do Judiciário e o do Interior e Justiça podia até mesmo nomear servidores em seus quadros. Romper com esse *status quo* demandou muito trabalho, habilidade e determinação do jovem Presidente, que num momento extremo chegou a impetrar mandado de segurança contra ato do Secretário da Fazenda do Estado.

De sua lavra, ainda antes de ser eleito Presidente, o anteprojeto de Organização Judiciária do Estado, convertido em lei pela Assembleia Legislativa, permitiu que fosse implantada em sua gestão vigorosa reforma administrativa no Poder Judiciário.

No relatório que apresentou ao Tribunal Pleno, em sessão realizada a 28 de janeiro de 1955, Munhoz de Mello registrou:

A situação geral da Justiça, no Estado, a despeito de suas imperfeições, é satisfatória. Os quadros judiciários estão ampliados, tendo sido instaladas, já, as dezenove comarcas criadas pela nova lei de divisão judiciária, bem como as novas varas de Londrina e Ponta Grossa.

No mesmo relatório, não faltou menção às dificuldades enfrentadas para assegurar a independência do Judiciário:

As relações entre o Tribunal e a Secretaria de Fazenda (...) ficaram definitivamente

delimitadas pelo venerando acórdão desse Egrégio Tribunal, proferido no mandado de segurança que impetrei, para o fim de esclarecer pontos de divergência na interpretação de atribuições de caráter administrativo e de sentido rigorosamente impessoal.

O inédito e histórico mandado de segurança teve como relator o Desembargador Aprígio Cordeiro, foi concedido por unanimidade de votos pelo Tribunal Pleno e tem a seguinte ementa:

Mandado de segurança. Concede-se para assegurar ao impetrante, na qualidade de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o direito líquido e certo de autorizar, na forma da lei, o pagamento não só dos vencimentos, como das gratificações adicionais por tempo de serviço e outras vantagens dos componentes do quadro da magistratura estadual.

Esse direito lhe é reconhecido, em sua plenitude, não podendo as folhas de pagamento expedidas para ditos fins sofrer glosas de qualquer espécie por parte da Secretaria da Fazenda.²

4. Munhoz de Mello foi reeleito duas vezes, para os biênios 1954-1956 e 1956-1958.

A transformação que implantou no Poder Judiciário paranaense chamava a atenção e



CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB – 1978

Claudionor de Andrada Junior, do RGN, Jurista Pontes de Miranda e Des. José Munhoz de Mello.

encantava a muitos. Em sua homenagem, a Lei Estadual nº 2.473, de 3 de novembro de 1955, criou o município de Munhoz de Mello, desmembrado do município de Astorga. Em fevereiro de 1956 recebeu a Medalha Marechal Hermes, concedida pelo Ministério da Justiça.

Ainda em 1955, teve seu nome indicado pelo Partido Democrata Cristão, à época dirigido por Clotário de Macedo Portugal Filho, “*como candidato extrapartidário*” ao Governo do Estado, não aceitando, contudo, que as gestões nesse rumo continuassem. Mas as pressões de amigos e de políticos que viam na sua pessoa uma nova liderança no Estado não cessaram e Munhoz de Mello acabou deixando o Tribunal de Justiça para concorrer ao Senado da República, em pleito realizado em outubro de 1958.

Mas não se elegeu. E nem parou. No ano seguinte abriu seu escritório e iniciou uma nova fase na sua laboriosa vida, dedicando-se à advocacia e ao magistério de Direito Constitucional, que já exercia como professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e professor e fundador da Faculdade de Direito de Curitiba e da Faculdade Católica de Direito. Como advogado, foi conselheiro da OAB/PR, participou da Conferência Nacional de 1978 presidindo mesa de debates com Pontes

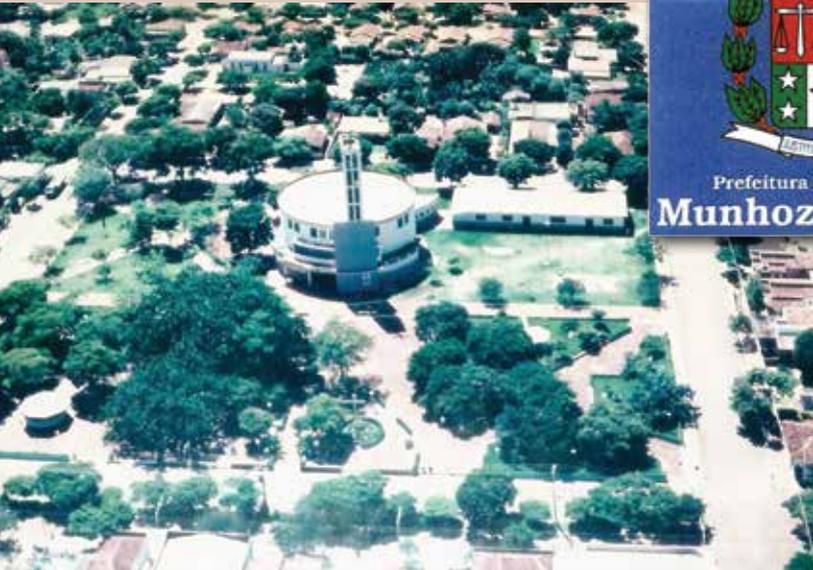
de Miranda, foi membro do Instituto dos Advogados do Paraná e do Instituto dos Advogados Brasileiros, integrando neste último a Comissão de Direitos Humanos. Como professor da UFPR, foi Diretor da Faculdade de Direito e Pró-Reitor de Pós-Graduação, tendo recebido o título de Professor Emérito ao se aposentar.

Sua habilidade na elaboração de textos legislativos fez com que fosse convocado várias vezes para atuar em comissões especiais, como a que apresentou sugestões ao Código Eleitoral e ao Estatuto dos Partidos Políticos em 1965, a que elaborou o anteprojeto da Constituição do Paraná de 1967, do qual foi relator, a que elaborou o anteprojeto do Estatuto da Polícia Civil em 1968, do qual foi igualmente relator, e da que elaborou o anteprojeto do Estatuto Penitenciário do Paraná em 1973.

Não tardou para que fosse chamado de volta à vida pública, tendo exercido os cargos de Secretário do Interior e Justiça e de Secretário de Segurança Pública no Governo Paulo Pimentel (1966/1969) e, mais tarde, assumindo a Presidência do Conselho Penitenciário do Paraná, que exerceu por 20 anos, até junho de 1989.

Como Secretário de Segurança Pública notabilizou-se por ter sido o primeiro civil no País a assumir a pasta durante o regime militar que se instalara em 31 de março de 1964 e por episódio que entrou para a história do Paraná. O ano era 1968, que marcou o recrudescimento do regime militar diante da insatisfação popular

²Mandado de Segurança nº 11, acórdão nº 23.229, de 9 de abril de 1954.



espelhada em movimentos estudantis e sindicais e gerou o famigerado Ato Institucional nº 5. Em Curitiba, os estudantes invadiram e ocuparam a Reitoria da UFPR, lá permanecendo em movimento de resistência cívica. Munhoz de Mello se recusou a executar plano de ocupação da Reitoria elaborado pelo Comando Militar no Paraná, por entender que poria em risco a integridade física dos estudantes. E acabou entrando sozinho na Reitoria para confabular com os estudantes, de lá saindo com todos eles cantando o Hino Nacional.

O episódio ganhou repercussão na imprensa nacional e Munhoz de Mello foi agraciado com expressiva *charge* do fabuloso Xixo Fernandes, em que aparecia cumprimentando um estudante e empunhando uma pomba branca da paz. Mas a intolerância do regime militar reagiu ao episódio e Munhoz de Mello teve que deixar a Secretaria de Segurança. Ao transmitir o cargo a seu sucessor

militar, assim se pronunciou:

Exerci o cargo de Secretário de Segurança Pública durante dois anos. Não esqueci, em nenhum instante, os princípios éticos, que aprendi de berço. Não olvidei, jamais, as normas de convivência federativa, que ensinei aos meus alunos.

Resguardei a autonomia do Estado, preservei a paz social e assegurei o respeito aos direitos individuais.

Não me inferiorizei, nem me alevantei. Sou o mesmo – sereno na manifestação do poder, benévolo com os humildes e independente em face dos poderosos.

Não admito a corrupção e não aceito imposições.

Creio em Deus, só entendo o poder civil e acredito na democracia como única fórmula política compatível com a dignidade humana.

Sou assim, morrerei assim. Relevo os que não me compreendem e escuso-me se, por ser assim, não me comporto à altura das conveniências dos que não são assim.

Eis aí o legado deixado por Munhoz de Mello, de honradez, retidão de caráter, incansável dedicação ao trabalho, determinação, espírito público, coragem e compreensão, motivo de orgulho e saudades de seus descendentes.



Fórum estadual de Cascavel.



Fórum Eleitoral de Rio Branco do Sul.

José Munhoz de Mello

*1912 + 1994

Nasceu em Curitiba e formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR, em 1936. Após exercer os cargos de Adjunto de Promotor Público, Promotor Público e Juiz Municipal, foi aprovado em 1º lugar em concurso público para a magistratura estadual, tendo sido nomeado em junho de 1940 para o cargo de juiz de direito da comarca de Foz do Iguaçu. Em 1941 foi transferido para Londrina, onde acabou nomeado prefeito municipal, pelo Interventor Manoel Ribas. Nas eleições gerais de 02 de dezembro de 1945, eleito deputado federal, integrou a Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 1946. Em fevereiro de 1948 foi escolhido e nomeado desembargador do TJPR, na vaga reservada ao quinto constitucional. Eleito presidente no biênio 1953/54 e reeleito nos seguintes, promoveu importantes reformas administrativas no Poder Judiciário paranaense. Em dezembro de 1950 foi nomeado Professor Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFPR e escolhido diretor da Faculdade de Direito em 1958.

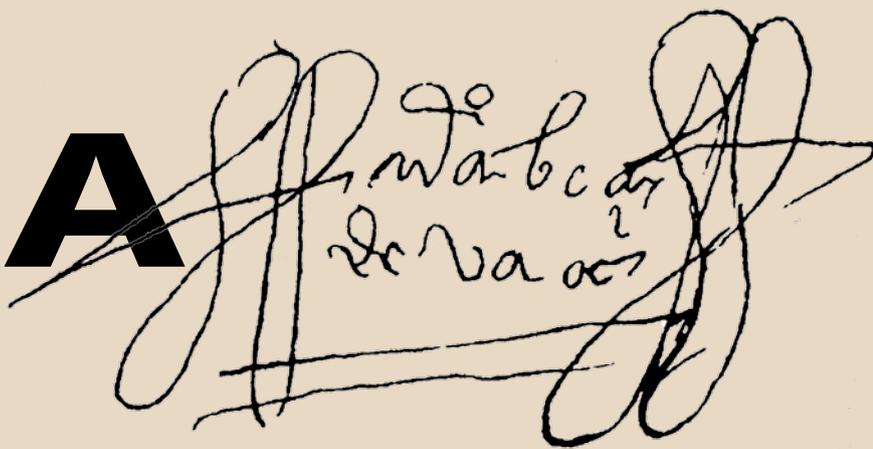
Autor do ensaio “O Inventário e Partilha no Novo Código”, de artigos, pareceres e estudos de real importância jurídica, que foram convertidos em decretos e em leis. Patrono do Fórum da Comarca de Cascavel e do Fórum Eleitoral de Rio Branco do Sul. 

Joaquim Munhoz de Mello



Nasceu em Curitiba em 1941 e formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR, em 1963. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade de Milão. Jurista renomado, professor emérito, exerceu a direção da Faculdade de Direito da UFPR, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, Conselheiro da OAB – PR e da Ordem dos Advogados do Brasil. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral e advogado militante. Autor da atualização da obra “Processo de Execução” do professor e jurista Enrico Tullio Liebman (Edição Saraiva 1980), do ensaio “A Evolução do Processo de Execução no Direito Brasileiro”, publicado nos “Studi in onore di Giuseppe Tarzia” (Giuffrè Editore, Milano 2005), dos artigos “Um Professor Emérito”, publicado nos “Estudos em homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão” (RT 2005), “Os 30 anos da VII Conferência Nacional da OAB” (Revista do Instituto dos Advogados do Paraná, nº 36, 2008) e “A Compensação dos Honorários de Sucumbência” (Cadernos Jurídicos da OAB/PR, nº 5, 2009), dentre outros. 

CABEZA DE VACA



Por Márcio Justen de Oliveira

A história do Paraná é muito rica e pouco divulgada. Iniciou-se antes da chegada dos portugueses. O Paraná pertenceria ao Reino de Castela, segundo o Tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de junho de 1494.

O primeiro a registrar, por escrito, sobre a região paranaense foi o explorador espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que esteve por estas paragens em 1541. Cruzou o Paraná desde os arredores de Curitiba até as Cataratas do Iguaçu, sendo o primeiro a descrevê-las. Como referência temporal, Paranaguá só seria conquistada pelo bandeirante Domingos Peneda em 1570, trinta anos depois.

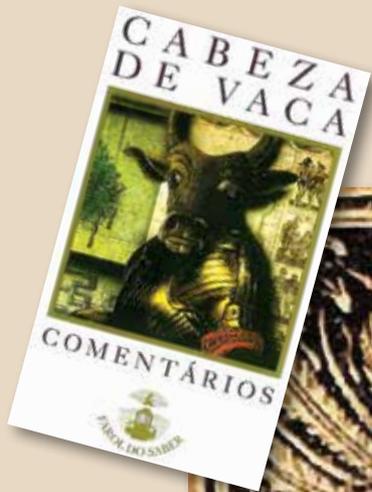
Naquela época, fim da Idade Média, o leste da Europa era açoitado por bárbaros. O Humanismo se cristalizava com a Alta Renascença. Estavam na maturidade os artistas Leonardo da Vinci, Rafael e Michelangelo. Copérnico publicava sua obra sobre o heliocentrismo. Maquiavel escrevia "O Príncipe". Lutero era excomungado e Calvino criava sua própria igreja,

dando motivo para o início da Contra-Reforma pelo Concílio de Trento. Henrique VIII se casava e se separava de suas quarta, quinta e sexta esposas. A Espanha estava submetida à Inquisição, recém introduzida em Portugal. Carlos V, da Casa de Habsburgo, era o todo poderoso Imperador da Espanha, Países Baixos, Áustria e do Sacro Império Romano-Germânico. A guerra religiosa favorecia o engajamento de homens nas expedições marítimas, alguns até fugindo de perseguições políticas.

Há uma grande diferença entre Cabeza de Vaca e os demais exploradores espanhóis. Não só por ter percorrido todo o continente, realizando grandes feitos tanto na América do Norte quanto na do Sul, mas principalmente porque sua proposta de colonização era infinitamente mais ética que a de Pizarro, Cortez, Pinzon, Balboa ou Pedro de Mendoza. O desejo maior de todos eles era o cargo de adelantado, título dado por Castela para o governador das terras descobertas.

Sem exceção, todos os conquistadores, título mais justo do que o de explorador, foram





**La relacion y comentarios del gouerna
dor Aluar nuñez cabeça de vaca, de lo acaescido en las
dos jornadas que hizo a las Indias.**

Con priuilegio.

¶ Esta cassada por los señores del consejo en O dñs y cinco mrs.



homens em busca de poder e riqueza pessoal, com o objetivo de ocupar territórios e, assim, ampliar o império de seus soberanos. Sonho, coragem e ganância afastavam o temor de navegar por mares desconhecidos e o perigo nas precárias embarcações no longo e desconhecido percurso.

Para se ter uma ideia, a descoberta das minas de ouro no México e de prata no Peru, por volta de 1520, alterou o mercado mundial dos metais. O preço da prata caiu vertiginosamente e, nos quatrocentos anos seguintes, a produção de prata teve um crescimento de 130% em relação ao ouro. Potosi, na Bolívia, chegou a fornecer metade da prata mundial e, naquele período, foi uma cidade mais populosa e mais rica do que Paris, Roma ou Madri. Obviamente, proporcionou 25% da arrecadação da fazenda real espanhola no Século XVI.

Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, fidalgo de Castela, nascido provavelmente em 1487, também queria conquistar o mundo, enriquecer, ser poderoso e buscou a via da absorção da cultura indígena e não a do genocídio.

Era um homem de seu tempo. Cumpria à risca o papel de conquistador. Profundamente religioso, encarnou um evangelizador dos ensinamentos cristãos. Apresentava a palavra da Igreja, porém adaptada às suas necessidades. Teve muitos confrontos, apresentando soluções inteligentes e originais. Viveu quase setenta anos. Nasceu e foi criado na nobreza, mas soube conviver com os índios. Cruzou a pé parte do território americano, andou nu entre os nativos, atravessou diversas vezes o mar infinito, resistiu a naufrágios e intempéries. Sobreviveu graças a uma tenacidade sobre-humana, suportando a fome e a sede à deriva no mar ou na aridez do deserto. Por várias vezes superou a febre da malária e as chagas das doenças tropicais. Conseguiu, ainda, esconder-se e livrar-se de um furacão em Cuba. Mas a maior prova de sua resistência física foi nos momentos em que

foi subjugado pelos homens. Antes na escravidão, fugas e retorno a escravidão diante de várias tribos norte-americanas e depois na sua prisão e travessia oceânica a ferros, mostrou-se um obstinado, com impressionante resistência física e habilidade política.

Era um fidalgo orgulhoso de seu passado. Um soldado nobre com a vida dedicada à coroa espanhola. Sua família lutou pela expulsão dos mouros da Península Ibérica e, também, na tomada das Ilhas Canárias, estando sempre ligada à consolidação da pátria espanhola. Pedro de Vera, seu avô materno, governou a Ilha Gran-Canária por treze anos. Cabeza de Vaca pretendeu criar, no oeste paranaense, a Província de Vera, homenageando o ilustre avô. Fato interessante é o patronímico Vera, tão difundido no território brasileiro, mas sempre associado à fé cristã: cruz verdadeira. Há municípios, cidades e acidentes geográficos brasileiros que carregam este nome, mas a originalidade fica por conta do Distrito de Vera Guarani, às margens do Rio Potinga, no Município de Mallet, região antes habitada pelas tribos de origem.

Escreveu dois livros, um para cada hemisfério americano, descrevendo suas viagens. Apesar do exagero nos detalhes e na riqueza das cidades são considerados de real valor jornalístico e literário. Teriam sido ditados ao seu secretário Pedro Hernández. O primeiro é “Naufrágios”, escrito com a intenção de assegurar sua nomeação ao cargo de adelantado da América do Norte.

Em “Naufrágios”, descreve sua passagem trágica pela América do Norte, iniciada em 1527, vitimando aproximadamente 500 homens. Na chegada, na ilha de Cuba, houve um furacão destruindo metade da expedição, homens e embarcações. Cabeza de Vaca ocupava o cargo de Oficial Tesoureiro, responsável pelos pagamentos e conseguiu se salvar. Na sequência, sofreu um segundo naufrágio na costa da

Flórida, mas dessa vez não se salvaram sequer as roupas do corpo. A partir dessa tragédia, durante dez anos andou dezoito mil quilômetros da Flórida até a cidade do México. Durante o percurso foi atingido pela fome, doenças, escravidão por tribos indígenas diferentes e até mesmo outros naufrágios. Profundamente religioso, acreditava que podia evangelizar a América. Os nativos o consideravam um deus e ele como tal procedia. Talvez realmente acreditasse ser um enviado de Deus à Terra. Só reencontrou seus compatriotas ao entrar na cidade do México, triunfalmente carregado nas costas pelos nativos, que chamavam a ele e aos outros três sobreviventes de “filhos do Sol”.

Sua passagem setentrional garantiu-lhe fama e respeito na Espanha e em todo o continente europeu, para onde retornou.

Hoje nos Estados Unidos é reconhecido como um herói e homenageado com uma estátua da Universidade do Texas. A Casa da Moeda americana cunhou uma moeda comemorativa em respeito a sua atuação

O segundo livro é “Comentários”. Serviu para descrever e justificar seus atos como adelantado da América do Sul e, ainda, para auxiliá-lo nas trinta e seis acusações em processo sofrido no retorno à Espanha.

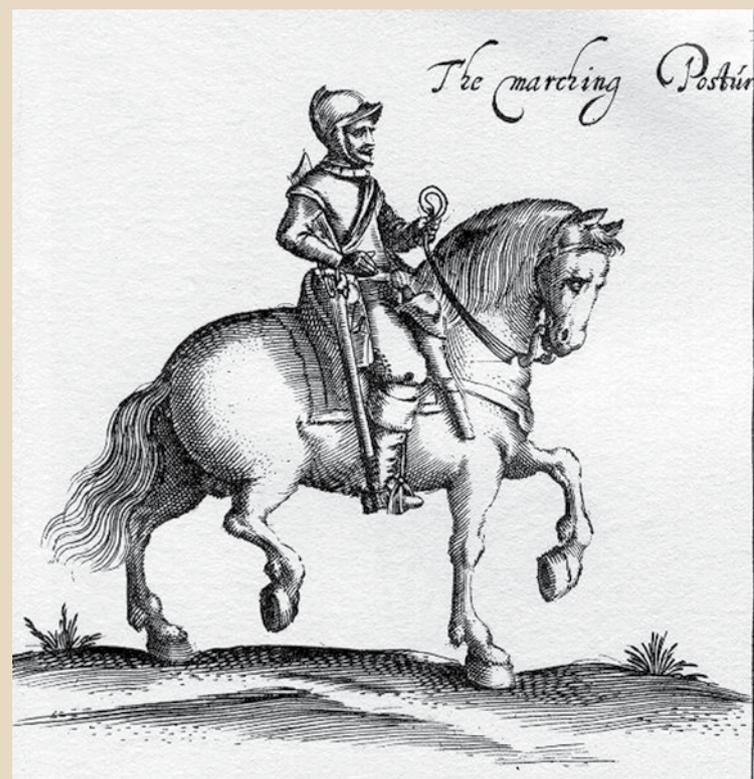
O sucesso da expedição pela América do Norte proporcionou-lhe grande prestígio, cantado e divulgado na Corte e levou o Conselho das Índias a nomeá-lo Adelantado do Rio da Prata. A situação regional era aflitiva, principalmente nas lutas entre nativos e espanhóis. Era necessário um verdadeiro líder, um homem forte para dominar e controlar aquela rica região.

Aceitou, mas seu real desejo era voltar ao México.

Chegou à América do Sul em 1540. Aportou na Ilha de Santa Catarina com uma expedição que custou 40 mil ducados de sua fortuna pessoal. Ao chegar, já sabia da destruição de



Selo de correio de Espanha. Ano 1960.



Arcabuzeiros do Rei de Espanha.



Buenos Aires, e ali foi informado da migração dos sobreviventes para o Norte, onde haviam fundado Assunção. Mas conheceu os guaranis e fortaleceu a aliança histórica deles com os espanhóis. Anteriormente, com os nativos norte-americanos, aprendeu a aceitar costumes e crendices daqueles povos. Sua tática de dominação era associar-se aos índios e, desse modo, aumentar seu exército. Em sua caminhada convencia outras tribos a se unirem a ele e contribuía para a destruição dos considerados inimigos.

As tribos kaingang, nação inimiga dos guaranis, ocupava vasta área das florestas de pinheirais no sul, indo até o Uruguai, Paraguai e norte da Argentina. Havia confrontos, com sucessivas vitórias dos guaranis. Com essa manobra conseguiu que os índios se afastassem, embrenhando-se cada vez mais na floresta até expulsá-los de suas terras. Os guaranis do planalto paranaense ainda não haviam tido contato com os europeus, pois Paranaguá só seria conquistada pelo bandeirante Domingos Peneda trinta anos depois da passagem de Cabeza de Vaca.

Também ficou sabendo de uma história segredada sobre um desbravador português de nome Aleixo Garcia e sobre o caminho indígena chamado Peabiru, que levava a um serra de prata, onde estavam localizadas as mitológicas Sete Cidades de Cibola, governada por um Rei Branco, possuidor de grande tesouro em ouro e prata.

Isto lhe aguçou o desejo de partir e conquistar aquele território.

Informou-se sobre a distância e o tempo necessário para atingir Assunção, por via navegável e por terra. Dividiu sua expedição, mandou parte dos soldados de barco, subindo o Rio Paraguai, contornando os territórios que hoje são o sul do Brasil e o Uruguai; e a outra parte, sob seu comando, fez o trajeto por terra. Eram 250 balesteiros, 26 cavalos e muitos índios.

Moeda comemorativa de meio dólar. EUA. Ano 1935.



Cronologia

Álvar Nuñez Cabeza de Vaca



1492 – nasceu em Jerez de la Frontera.

1512 – alistou-se na Armada do rei Fernando de Castela.

1513 – ficou a serviço do Duque de Medina de Sidônia, participando dos combates em favor dos monarquistas contra dissidentes.

1527 – nomeado Tesoureiro-mor da expedição de Panfilo de Narváez para cruzar o Atlântico. Em terras americanas descreve o bisão pela primeira vez. Entra em contato com as tribos sioux e zuni, entre outras. Percorre a pé e nu, com três sobreviventes, mais de dezoito mil quilômetros da Flórida até a cidade do México, acompanhado pelos índios que os chamam de “filhos do Sol”.

1537 – retornou à Espanha com os três sobreviventes: Andrés Dorantes, Alonzo del Castillo e o escravo mouro Estevan.

1540 – partiu do Porto de Cádiz rumo a Província do Rio da Prata.

1541 – desembarque na Ilha de Santa Catarina.

1542 – chegada a Assunção. Na Europa, publicação de “Naufrágios”, impresso em Zamora.

1545 – retorno para a Espanha como prisioneiro.

1551 – condenado a destituição do cargo e exílio na África.

1555 – publicação de “Comentários”, impresso em Sevilha.

1560 – falecimento de Álvar Nuñez Cabeza de Vaca.



ÁREA DE JURISDIÇÃO DE
ALVAR NÚÑEZ CABEZA DE VACA
(1542)



Percorreu de Santa Catarina até Assunção um percurso mais curto, pois seu grande desejo era encontrar o caminho do Peabiru. Mesmo assim, temia uma recepção inamistosa dos espanhóis em Assunção e pretendia uma chegada triunfal, tal e qual haviam ocorrido na cidade do México.

Seguindo a orientação dos índios, foi de barco costeando ao norte até a foz do Rio Itapocu. Entrou a pé pela região que hoje é o município de Barra Velha (SC) e subiu a Serra do Mar. Demorou dezenove dias, seguindo por mata tão fechada que durante o dia não se avistava o céu. Eram necessários vinte homens para abrir a trilha e outros tantos para construir pontes para os cavalos e mantimentos.

Chegou aos Campos e encontrou três tribos, muito alegres, criadoras de galinhas e patos, com muitos papagaios, ocupando grande extensão de terra e falando uma só língua. Eram da nação Guarani. Mas anotou serem guerreiros e vingativos, comiam carne humana, tanto dos inimigos quanto de cristãos ou mesmo da própria tribo. Seu caminho pelo Paraná pode ser acompanhado pelos rios que descreve ter cruzado. O nome indígena daquele acidente se mantém até hoje, com pequenas alterações.

Na sua entrada nos Campos, encontrou a cabeceira do rio Iguaçu, na região de Tindiquera, atual Araucária. Seguiu adiante e cruzou o Tibagi, na altura de Ponta Grossa. Descrito como um rio “ladrilhado”, com lajes de pedra tão grandes que pareciam ter sido colocadas pelo homem. O terceiro grande rio foi o Ivaí conhecido, na época, por Taquari. Cruzou o Ivaí, acima do Salto de Ubá, próximo de Lidianópolis e Ivaiporã, no centro do Estado. Atravessou uma nascente, provável o rio Cantu. Mais adiante, com grande esforço, transpôs

o Piquiri. Demorou quatro dias nessa empreitada. Encontrou novamente o rio Iguaçu e seguiu nele por canoas compradas dos índios locais. Após pequeno trajeto foram todos obrigados a sair da água e carregar os barcos porque o rio dava saltos e “a água golpeia a terra com tanta força que se pode ouvir

de muito longe”. Foi o primeiro europeu a registrar as Cataratas do Iguaçu. Passadas as cataratas continuou a navegar pelo rio Paraná. A violência das águas era tanta que “um cristão foi arrastado e morreu”.

Durante toda esta jornada não passou fome, porque os índios sempre lhe traziam comida e presentes. Cabeza de Vaca retribuía com presentes, principalmente aos chefes, a quem entregava facas e tesouras. Recebia mel, patos, galinhas, milho e farinha, tanto de milho quanto “de pinheiro”. Refere-se ao *local* sempre com elogios, a terra permite agricultura, a água é abundante e a caça farta. Os soldados consideravam fácil caçar os porcos montanheses e os veados.

Os índios tinham muito medo dos cavalos, que ainda não conheciam. Ao perceberem que não eram perigosos, buscavam suas famílias para verem os animais.

As aldeias faziam festas, cantavam e dançavam para receber os espanhóis. Uma frase interessante do livro é:

“Suas mulheres possuem maior liberdade do que a concedida às espanholas por nossa rainha, dona Isabel”.

Inteligentemente, proibia seus soldados de tratar diretamente com os índios, para que não houvesse a possibilidade dos nativos se sentirem ofendidos por qualquer palavra indevida ou mal compreendida. Outra providência era manter os soldados sempre em marcha, para manterem a saúde e não sucumbirem às

doenças. No trajeto à Assunção poucos são os relatos de soldados doentes.

Em um momento crítico da marcha, vários índios se assustaram com uma onça, que chamavam de tigre, e correram em direção aos espanhóis. Estes, imaginando estarem sendo atacados, abriram fogo e mataram a maioria deles. Com muito custo o adelantado conseguiu reverter o mal entendido com os sobreviventes e passou a pintar uma cruz branca no peito dos índios que estavam ao seu lado. Sua ideia era ótima, além de identificar seus aliados, tinha o pretexto de não obrigar os índios a vestirem roupas europeias, pois já estavam vestidos com o símbolo cristão.

Sua jornada de Santa Catarina à Assunção demorou cinco meses. O exército que o acompanhava era imensamente superior à população de Assunção. Seu temor era infundado e a chegada foi triunfal como desejava, conseguindo imediatamente a liderança perante os espanhóis.

Além da necessidade de imposição perante os “cristãos”, ainda manejou a guerra contra várias tribos que cercavam Assunção. Matou muitos, prendeu poucos e negociou a paz com os que aceitaram se tornar vassalos de Sua Majestade. Esse foi um acordo bom para os dois lados. A conciliação acabou com a guerra e fortaleceu as hostes da cidade.

O principal legado do adelantado Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca foi a implantação de uma política indigenista, proibindo a escravidão e o abuso contra os guaranis. Era um humanista na melhor acepção do termo. Manteve uma relação de respeito com todos os nativos que encontrou, buscando a troca de experiências e o diálogo.

Na questão administrativa teve seu pior desempenho. Foi contrário às expedições de seu desafeto Domingos de Irala e empreendeu, por duas vezes, expedições próprias. Sempre foi derrotado pelo Pantanal, ora pelas cheias que impediam o avanço ao norte, ora pela vazante

que trazia mosquitos e doenças. Após sua saída, Assunção ficou em guerra por quase três anos. Os índios se rebelaram contra Domingo de Irala, que dizimou a cidade para sufocar os revoltosos.

Viu-se frustrado, igualmente, em descobrir e percorrer o caminho de Peabiru, chegar às terras descritas nas histórias ouvidas, apesar da condição de liderança, da vontade e do empenho. Em 1531, Francisco Pizarro chegou a Potosi, conquistou o império inca e a lenda da serra de prata, do deus branco e a existência de seu precioso tesouro foi esclarecida.

Em 1544, Cabeza de Vaca empreendeu outra expedição, mas retornou doente e com poucos soldados leais. Sofreu um levante. Foi aprisionado e enviado em ferros à Espanha para responder a um processo que lhe custou suas últimas forças. Suas exigências de cumprimento das leis, especialmente aquelas que protegiam os nativos dos conquistadores foram transformadas em trinta e seis acusações de abuso de poder, repressão violenta, culminado com a mais grave, traição. Após oito anos de julgamento em um processo considerado espúrio e sem justa causa pelos historiadores, terminou condenado pelo governo espanhol ao exílio e multa de dez mil ducados.

Cabeza de Vaca passou tristemente seus anos finais. Destituído do cargo de adelantado e sua vida de explorador lembrada mais pelas desventuras e nenhum dos livros atingiu o objetivo pretendido pelo seu autor. Sua imagem é duradoura.

Caso sua vontade e atitude prevalecessem não ocorreria o genocídio dos povos indígenas americanos. Ao se deparar com os nativos ele viu possíveis aliados e não empecilhos para a sua busca pessoal.

Cabeza de Vaca queria conquistar o mundo pela bondade e não pela matança, realmente como disse Haniel Long: “*Ensinarei o mundo a conquistar pela bondade, não pela matança*”.



Márcio Justen de Oliveira

Nasceu em Curitiba em 1973. Bacharel em Direito pela UFPR, turma de 1990. Advogado, realiza palestras sobre assuntos históricos e sociais. É filho do des. Ruy Fernando de Oliveira e neto do des. Marçal Justen. 



Youngman Carlos
1936

Toga e literatura

A versatilidade e o requinte de Nizza



Por Chloris Elaine Justen de Oliveira

Nizza Fellus Laurindo de Souza, cantora lírica, mosaicista, violonista, nasceu em Roma, filha de Aldo e Joelith Fellus. Casada com o des. José Laurindo de Souza Netto, com quem tem três filhos: Lorenzo, Eleonora e Leonardo.

Pelas mãos de sua mãe, apreciadora do belcanto, assistiu a grandes montagens operísticas desde a mais tenra idade. Atenta aos comentários ouvidos sobre a melodia, desempenho dos cantores, familiarizou-se com a dinâmica do espetáculo, fato auxiliar na formação e desenvolvimento de seu talento.

Nos anos escolares iniciais cantava em corais, participava de peças teatrais e musicais com graça e competência. Aos quatorze anos, numa proposta única e informal, expressou-se em voz e violão, com repertório de músicas italianas e internacionais. Alcançou muito sucesso entre os ouvintes daquela programação.



Seu pai, cioso da educação da filha, considerava mais proveitoso que tomasse aulas de inglês. Mesmo assim, além das aulas de língua estrangeira, matriculou-se no *Centro di Studio Della Guitarra Clássica*, em Roma, onde aprendeu a teoria musical e o repertório clássico do instrumento.

Morou na Inglaterra, França, México e Estados Unidos obtendo fluência nos idiomas daqueles países. Em 1982, em Nova Iorque, aproximou-se do *blues* e do *jazz* interpretado por cantores americanos. Retornando à terra natal, influenciada pelo gênero musical, ingressou num curso de *jazz* na tradicional *Scola Popolare di Testaccio*, de Roma. Nas aulas de guitarra-jazz teve contato com representantes do *jazz* italiano e frequentou oficinas de canto erudito.

Em 1988 o casal fixou residência no Brasil. Acompanhou a carreira do marido magistrado e, já residindo em Curitiba, matriculou-se no curso de Canto da Escola de Música e

Belas Artes do Paraná, aluna da professora Roseli Schunemann.

Pela originalidade de sua condição vocal foi classificada para o coral lírico do Teatro Guaíra, participando de montagens inéditas na capital paranaense: Aída de Verdi, Carmen de Bizet, além de concertos únicos – Carmina Burana, de Carl Orff, a 9ª Sinfonia de Beethoven – com a Orquestra Sinfônica do Paraná e a presença de renomados solistas.

Em 1991 ingressou no curso superior de canto lírico da Embap e muitas vezes comparecia aos ensaios no Teatro Guaíra carregando os dois filhos ainda pequenos os quais, sob os olhares severos dos maestros Osvaldo Colarusso e Manoel Martinez, muito bem se comportavam.





Aluna das cantoras Neyde Thomaz e Denise Sartori, concluiu sua licenciatura em 1996. Apresentou-se em recitais individuais no Memorial de Curitiba e no Clube Curitibano. No recital de formatura personificou Marcellina da ópera “As Bodas de Fígaro”, de Mozart, no Teatro Guairinha.

Acompanhando a finalização da construção de sua própria casa, interessou-se pelo estilo do acabamento. Na época, em visita à terra natal, frequentou curso de revestimento artístico na loja-atelier Ceamis, em Monte Rorondo. A peculiaridade era o trabalho em mosaicos “executados”, estilo romano e contemporâneo.

Ao retornar, decorou a casa com rosões – painéis na parede, e com gregas – faixas em pisos. Seu trabalho requintado, caracterizado por esmerada técnica, ganhou amplitude e favoreceu a abertura de um atelier, onde

ministra aulas de montagem em mosaicos, utilizando apenas mármore italiano anticato, isto é, não-polido. Suas peças, algumas premiadas pela originalidade e beleza, possuem estilo rústico e se integram harmoniosamente em qualquer ambiente. São distinguidas por arquitetos e decoradores e expostas em eventos de destaque nacional, como a Casa Cor-Paraná, Arte e Decoração – A&D.

Proposta de sua autoria foi a exposição Momentos, na II Mostra de Mosaicos de Curitiba, no museu do Jardim Botânico, promovida pela Associação de Mosaicistas Profissionais e Amadores do Paraná, apresentando singularidade nos motivos, com excelente repercussão na imprensa.

As encomendas de peças em mosaico e o atelier passaram a exigir total dedicação e ocupar muito de seu tempo. Acrescentado ao seu currículo, há o ensino da língua italiana associada à música e à gastronomia da sua terra natal. Adota método analítico, cuja técnica enfatiza a fonética.





Ministra aulas há treze anos no Clube Curitibano em todos os níveis. O projeto de sua autoria “Aprenda italiano cantando”, aprovado pela Universidade Federal do Paraná, distingue a emissão do som e a pronúncia correta da língua.

Em 2005, quando estava envolvida em todas essas atividades, recebeu um presente, o nascimento de seu filho Leonardo. E assim a Nizza, cantora lírica, entrou em recesso. Os longos ensaios no coro e no teatro e as exaustivas viagens tornaram-se impossíveis de serem conciliadas com os afazeres familiares.

Além do talento artístico é elogiada esportista, nadadora vitoriosa em piscina solo e em travessias de mar aberto.

Premiada artista plástica, cantora lírica diferenciada, esportista competente, esposa e mãe dedicada, mantém sua vida ligada às origens romanas, expressando sentimentos e transmitindo conhecimentos aos que com ela convivem.

A música, as artes plásticas, os idiomas e o esporte marcam a existência e o modo de viver desta mulher moderna e completa.

Cantar é viver

Minha vida de cantora

Por Nice Luz

Fui criada num ambiente muito musical – a roça.

Sim, ali a música se encontra em sua forma mais natural e espontânea. As sonoridades são infinitas, de um colorido rico e encantador como não há outro igual. Mas, além da natureza, tive em meus pais e tios, descendentes de italianos e alemães, a grande referência para o canto.

Não, não eram cantores profissionais. Penso que eram cantores da vida, pois viviam cantando em casa, na igreja ou na roça – sim, mesmo trabalhando pesado, se alguém puxava uma música, logo o outro acompanhava e todos quantos estivessem por perto também faziam suas vozes e logo se formava um pequeno coral. E até na estrada, muitas vezes percorrendo a pé alguns quilômetros que levavam da casa de minha avó até o vilarejo, aonde íamos à missa, o pessoal ia cantando, cantando e aquilo para mim era extremamente prazeroso. Uma alegria só!

Ah, sim! Adorava ir à missa exatamente por causa de um cântico e de um harmônio que havia na pequena igreja. Assim, desde bem pequena e, apesar de muito tímida, já era uma “canarina”.

Adolescente, morei por cerca de um ano num colégio de freiras, onde fiz o curso ginásial e ali tive oportunidade tanto de aprender alguma coisa de música quanto de me apresentar, nas sessões lítero-musicais, no coral juvenil de que fiz parte por alguns anos, e nas missas onde fazia solos emocionados.







Por volta dos 15 anos, cursando a escola normal, comecei a participar de festivais de música, tão populares naquela época. Primeiro foram os estudantis e depois vieram os, digamos assim, profissionais, pois ofereciam prêmios em dinheiro. Assim conheci várias cidades do sul e sudoeste do Paraná. Cheguei a ficar famosa naquela região por vencer muitos desses festivais de interpretação da canção.

Aos 17 anos vim morar em Curitiba, estudar para prestar vestibular. Escolhi a faculdade de Psicologia. É claro que, se fosse seguir a minha inclinação natural, deveria cursar a Escola de Belas Artes ou a Faculdade de Artes do Paraná, mas eu nem sabia que estes cursos existiam. Naquela época não havia informação sobre a existência dessas escolas ou qualquer outra orientação vocacional ou profissional aos alunos.

As pessoas do meu convívio, família, amigos e professores, acreditavam que eu daria uma excelente profissional, independente do que escolhesse ou cursasse, pois era uma boa aluna, dedicada, concluiria uma faculdade,

conseguiria um bom emprego e venceria na vida. E eu também acreditava nisso. Não sabia que poderia estudar e desenvolver minhas habilidades, cantar minhas canções, compor minhas músicas prazerosamente e que assim, com tudo isto, poderia ter uma respeitável profissão. Unir conhecimentos técnicos ao meu talento e ser feliz.

Mas não foi assim. Continuei viajando e cantando, participando dos festivais pelo interior pela satisfação de cantar, ser aplaudida por grandes plateias, mas também pela necessidade de ganhar o dinheiro dos prêmios.

E sempre me esforçava para vencer, tinha que vencer, era também necessidade. Aliava o prazer de cantar ao meu sustento. Mesmo assim fui trabalhar num banco, temporariamente num escritório e até lecionei em uma pré-escola, utilizando meu diploma de professora.

Tornei-me psicóloga, mas realmente o que eu queria mesmo era cantar. Então me distanciei do meu curso e do ambiente acadêmico.

A essa altura, sonhos e ilusões ocupavam minha cabeça. Eu cantava em festivais na capital



e era muito feliz. Os olheiros de gravadoras que me assistiam prometiam entusiasmados contratos, dinheiro e sucesso.

Mas é claro, cada promessa tinha um preço e eu não estava disposta a pagar. Gravar estilos de que absolutamente não gostava (na época a moda era a “discoteca”), produzir-me segundo o figurino exigido ou frequentar ambientes que em nada me atraíam. E, então, fiquei esperando. Era jovem, cheia de ideais. Tinha esperança, quase certeza, de que uma grande oportunidade surgiria e eu poderia, enfim, desenvolver uma carreira de cantora. Sim, porque eu já sabia o que queria ser e era do que mais gostava. Ouvia falar sobre as produções independentes, onde o artista produzia o seu próprio trabalho, mas e a gravadora, e os músicos acompanhantes? O tempo passava célere e tudo se tornava mais difícil.

Após um festival fui convidada para trabalhar com um produtor musical, junto a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. Um profissional altamente envolvido com o meio artístico, especialmente do Rio de Ja-

neiro. Dessa forma conheci artistas famosos e outros produtores importantes. Participei da criação e elaboração de vários projetos na área artística, entre os anos 79 e 81, inclusive participei da organização do “Festival Todos os Cantos”, que envolveu o meio musical paranaense durante o ano de 1980. Porém o que consegui foi ficar famosa como uma eficiente secretária do tal produtor.

Em seguida, resolvi atuar como cantora e comecei a cantar num conjunto de baile. Era um modesto conjunto, organizado, pagava pouco e me impunha cantar sempre as mesmas músicas, em geral em bailes aqui em Curitiba e outras vezes em outras cidades. Viajar era muito cansativo. Mas o pior era cantar por obrigação, músicas que não me diziam nada, apenas por serem dançantes. Isso durou pouco mais de um ano.

Nesse tempo comecei a sofrer as influências da bossa nova, descobri-me boa sambista. Meu repertório era variado, eclético, com forte influência do pop romântico e eu cantava quase tudo que tocava nas rádios.

Nos meus primeiros anos, as maiores influências foram do sertanejo e do religioso, mas na medida em que fui conhecendo minha voz, minha condição vocal, outros estilos me encantaram. As músicas apresentadas nos festivais de canção marcaram época na juventude brasileira pela excelência de ritmo e beleza das letras ou as músicas de protesto, as latinas e, em especial, Mercedes Sosa. Cantava todas elas. Atualizei meu repertório combinando a modernidade musical com minha capacidade vocal.

A certa altura fui convidada para cantar num lugar chamado “Café Mensagem”, na Avenida Batel. Inaugurei um novo ciclo na minha vida musical e tive contato com músicos que tocavam na noite curitibana. Formei outro repertório, sem me afastar de minhas origens, e aprendi na prática. Muitas vezes,

estando ao lado de músicos experientes, tive que improvisar. Daí por diante cantei em bares e restaurantes da cidade, participei de shows musicais, peças de teatro e compareci a alguns programas de televisão, inclusive no “Som Brasil”, de Rolando Boldrin. Gravava jingles para dois importantes estúdios de Curitiba. Era uma vida corrida, desgastante, mas eu achava compensadora. Tudo isto e sendo professora da rede municipal de ensino. Assim, dava aulas pela manhã e cantava à noite, pelo menos duas vezes por semana.

O desgaste foi inevitável e, depois de dois anos, tive sérios problemas nas cordas vocais, sofri duas cirurgias, afastei-me da sala de aula e da atividade de cantora. Tudo suspenso. Em licença na rede municipal e com um prognóstico assustador. Levaria alguns anos para recuperar a minha condição vocal. Mas a vida dá voltas e eu me casei. E aí veio a maternidade, sofri um acidente de carro e permaneci, por um longo período, deprimida. Achava remoto o retorno para a carreira artística, mas nunca deixei de cantar, embalando minhas crianças, para minha família. Alguns anos se passaram e meus filhos, já crescidos, iniciaram aulas de musicalização.

Então, me senti novamente estimulada. Comecei a estudar piano, não durou muito, passei para o violão. Fiz alguns cursos de percepção e teoria musical. Estudei canto e voltei a cantar.

Nos anos 90, fiz alguns shows em espaços de Curitiba, como Teatro Paiol, na Secretaria de Cultura, Solar do Barão e Conservatório de Música Popular de Curitiba.

Recentemente participei como cantora convidada da gravação dos CDs de Guego Favetti e Etel Frotta; apresentei-me através do Projeto Fera, da Secretaria de Estado da Cultura nas cidades de Cornélio Procópio, Maringá e Pato Branco; fiz shows em Curitiba no Teatro do Centro Paranaense Feminino de Cultura, no Solar do Rosário e principalmente no Teatro Paiol, onde já tive a oportunidade de





mostrar vários trabalhos, entre eles, em 2006, o show “Chá de Panela - Músicas de Guinga”, com repertório feito só com músicas deste compositor, a quem muito admiro. O meu último trabalho no Paiol foi no ano de 2009, junto com Guego Favetti.

Tenho me apresentado em eventos, aberturas e encerramento de cursos do SEBRAE/Cietep/FIEP, congressos, cerimônias de posses e formaturas, muitos ligados ao Tribunal de Justiça e à Escola da Magistratura do Paraná, cantando o Hino Nacional Brasileiro, o Hino do Paraná e músicas populares com temas relacionados ao evento. Também faço trabalho voluntário, me apresento em lugares em que pessoas estão distanciadas da possibilidade de assistir a um

show musical, como hospitais e asilos.

Isto sim é gratificante.

Hoje sei que a música sempre fez parte da minha vida. Tenho com ela uma relação de amor, em certas ocasiões até com certo distanciamento, pois só podemos amar o que conhecemos profundamente e é preciso ter disciplina para estudar mais e alcançar um aperfeiçoamento.

De qualquer forma amo cantar. Canto sempre que posso, ainda que seja apenas como uma forma de conversar com a vida, a minha ou a dos outros.

Elis Regina declarou que não via graça em mais nada que não fosse cantar.

É o que sinto.



Nice Luz

Natural de Clevelândia, nascida em 1957. Chegou a Curitiba em 1974, onde obteve o grau de psicóloga. Casou-se com o desembargador Newton Álvaro da Luz e é mãe de Laura e Álvaro. Além de cantora e violonista, é praticante de esportes, tendo obtido premiação nas competições de que participa junto com seu marido. ✍️



Cantar é objetivo de vida

*Bruna
Ventura
Muggiati*



Nasceu em Curitiba em 1986, filha de Maria Cristina Ventura Muggiati e do des. Ruy Muggiati. Fez seus estudos primários em Foz do Iguaçu e tinha aulas de canto e piano com o maestro Jocimar Silva.

Na infância participava das bandas montadas por seus irmãos em apresentações familiares. Com voz firme e delicada, desde então, alcançava todos os acordes propostos pela música. Inicialmente cantar era um ato empírico, espontâneo, mas com o passar do tempo foi acrescido de estudo e treinamento. Transferiu-se para Curitiba, cursou a Faculdade de Artes do Paraná, graduando-se em Licenciatura – Música e, como aluna de canto da professora Neyde Thomaz, colaborou em projetos com propostas inovadoras, valorizando sua voz de soprano.

Em Foz do Iguaçu participou do Musical “*Elis por Elas*” e de concerto realizado pelo maestro Joaquim Paulo do Espírito Santo. Em Curitiba, apresentou-se com o grupo vocal





“Poca Boca”, no Teatro Paiol, sob orientação do professor Indionei Rodrigues. Integrou o “Coro ArtEncanto”, sob a regência da maestrina Elena Moukhorkina Moreno, com apresentações em Curitiba e na França. Posteriormente, fez parte do “Coro Nova Philharmonia”, sob a regência do maestro Emanuel Martinez, em intenso programa de óperas e concertos. Cantou, como convidada, no concerto comemorativo da Orquestra de Cordas Suzuki. Fez parte do elenco de “A Flauta Mágica”, de Mozart, no V Festival de Inverno de Petrópolis. Também integrou o elenco das óperas Soror Angélica, Turandot e Viúva Alegre, em Curitiba.

Pretende bacharelar-se em Direito, mas jamais abandonará o meio artístico. Cantar é um grande projeto, objetivo permanente de vida. As melodias, desde as mais singelas até as mais sofisticadas, em sua voz assumem características próprias, embelezando o texto musical da canção.



Cantar é ser feliz

*Amanda Christiane
Rocha Nicolau*

Nasceu em Ponta Grossa em 26 de dezembro de 1989, filha de Christiane Inês Ribeiro Rocha Nicolau e do juiz Luiz César Nicolau.

Estudou nas cidades onde seu pai foi juiz de direito (Catanduvas, Santa Mariana, Cornélio Procópio e Pitanga), chegando a Curitiba em 2006. Possuidora de boa dicção, sempre foi incentivada a declamar. Inscrita por uma professora num concurso musical, obteve a primeira classificação. Desde então, descobriu-se cantora. Através da música organizou seus estudos, iniciando o aprendizado em piano e



violão. Tal habilidade capacitou-a a tocar outros instrumentos, mesmo sem partituras.

Atualmente cursa o último ano de Educação Musical, licenciatura em Música e atua como cantora, professora de canto e de musicalização infantil.

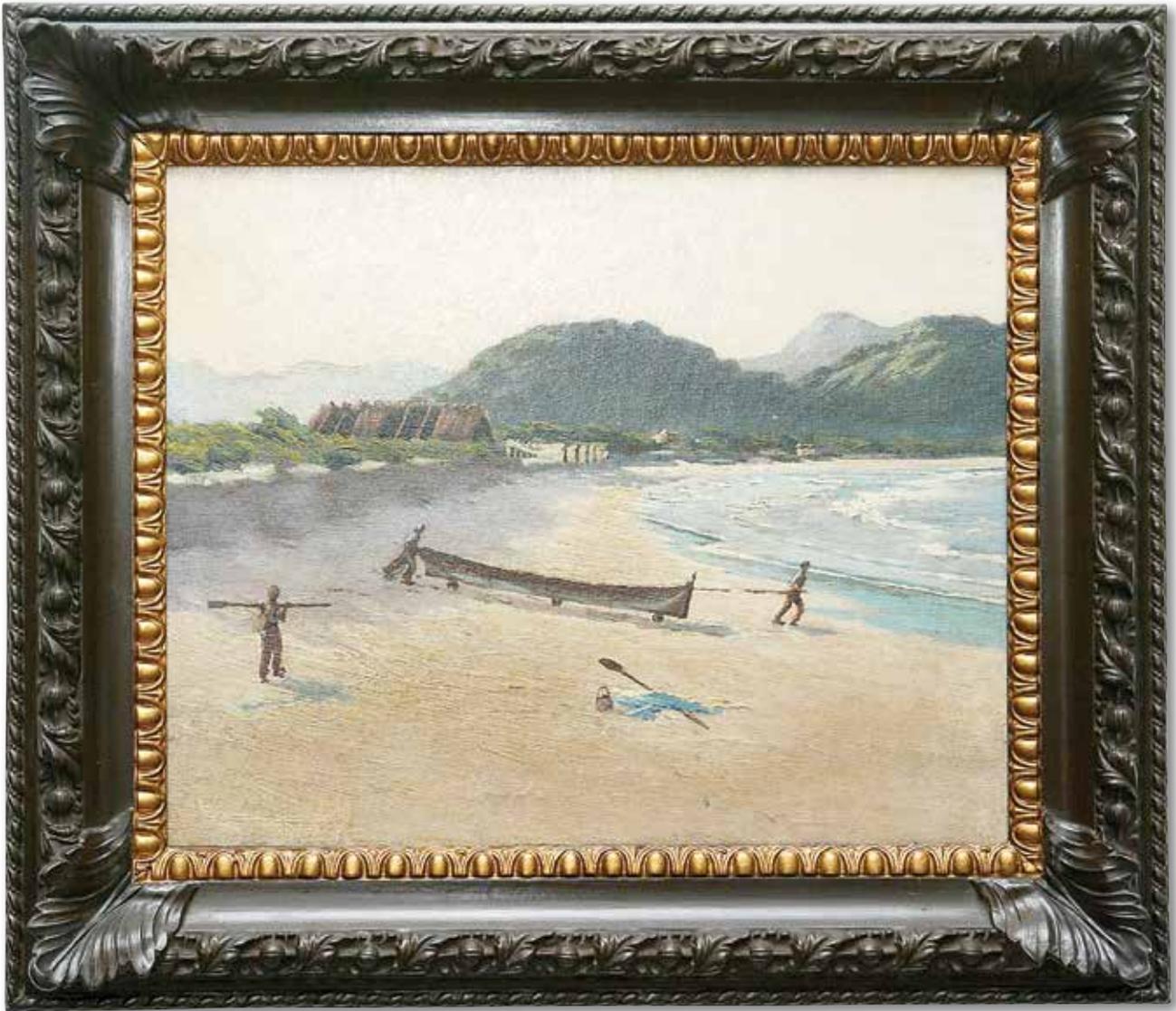
Participou de edições da “Oficina de Música de Curitiba” e workshops de canto, com diversos professores (Mônica Salmazo, Clara Sandroni, Babaya, Arrigo Barnabé, Léa Freire e Sérgio Santos). Formou-se Educadora-brinquedista pela Associação SERPIÁ, aprendeu a linguagem *Libras* e frequentou cursos relacionados à estimulação precoce, psicomotricidade e dificuldades de aprendizagem.

Possuidora de bela e afinada voz, seu canto é original e espontâneo. Aprecia cantar música popular brasileira, o estilo *black-music* e as canções de Noel Rosa, Elis Regina e Chico Buarque.

Acredita que cantar é um dom, um talento, uma predisposição genética. Progride-se através do treinamento, da repetição. O estudo e a persistência aprimoram o ato de cantar. A música faz parte da vida, é um jogo de construir sons, experimentar brincadeiras, reproduzir melodias, aprimorar os sentidos e treinar o intelecto.

Cantar é viver, é ser feliz.





Raimundo Jaskulski – Preparando o Barco.



Raimundo Jaskulski – Morretes.



Escola de Juízes

Memória da Emap

O des. Alceste Ribas de Macedo, presidente do Tribunal de Justiça nos idos de 1970, organizou um ciclo de palestras ministradas pelos desembargadores, dirigidas aos bacharéis interessados em ingressar na magistratura, visando prepará-los para a judicatura. Na verdade, era uma orientação para o exercício do cargo. Podemos considerá-la a primeira escola de juízes. Apesar de aprovada e aceita pela comunidade, não se manteve. A ideia só se concretizou na década seguinte.

Por Chloris Elaine Justen de Oliveira



O diretor da Escola da Magistratura Jayme Munhoz Gonçalves recebe o Governador José Richa, ao lado do magistrado Francisco de Paula Xavier Neto.





Em 17 de junho de 1983, atendendo a dispositivo constitucional e à Lei Orgânica da Magistratura (Lomam) o presidente do TJPR, des. Alceu Conceição Machado criou a Escola da Magistratura do Paraná.

Em 1981 havia sido instalada a Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, subordinada ao Departamento Cultural da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – Ajuris. No primeiro semestre de 1983, a associação gaúcha convidou magistrados paranaenses para um curso de aperfeiçoamento em Santa Maria. O presidente do TJPR, des. Alceu Conceição Machado, autorizou os juízes da capital Vicente Troiano Neto, Accacio Cambi e José Antônio Vidal Coelho a comparecer aquele encontro, inclusive colher dados e informações sobre o funcionamento da recém fundada escola. Na sequência, Vicente Troiano Neto foi o encarregado da elaboração do anteprojeto do regulamento da Escola da Magistratura do Paraná - Emap.

Magistrado experiente, analisou o programa das escolas de graduação, a proposta da Ajuris e inseriu no curso paranaense a disciplina “Técnica Estrutural da Sentença”. A decisão, considerada original e fundamental para o exercício da judicatura, foi logo adotada pela escola gaúcha e por todas as congêneres. O regulamento estabelecia ainda que a Escola fosse dirigida pela Amapar, mantida pelo TJ e destinada à formação de candidatos a juiz, ao aperfeiçoamento e à atualização de magistrados.

Assim, o ato de criação estabeleceu que a Amapar é a responsável pela direção dos serviços administrativos e pedagógicos da instituição escolar. Sua finalidade precípua é preparar bacharéis para o ingresso na magistratura e exercício da judicatura, organizando cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização para os magistrados, visando o desenvolvimento da ciência do Direito, incentivando a pesquisa, o debate jurídico e a interpretação das leis. A Escola da Magistratura do Paraná é credenciada como instituição superior e dispõe de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito. O método de ensino utilizado é o exame de casos, com base em módulos processuais selecionados, enfocando diversos procedimentos práticos que concorrem para o aprimoramento do futuro magistrado.

Por Noeval de Quadros

Idealizada há quase 30 anos por homens de muita visão, já preparou até hoje mais de dez mil advogados para o exercício da judicatura, contribuindo tanto para a capacitação dos juízes iniciantes quanto daqueles com mais tempo de experiência na carreira.

A Emap foi pioneira no Brasil a interiorizar os cursos de preparação, oportunizando melhorar a qualidade da formação jurídica daqueles que fazem concursos públicos para a magistratura ou que querem simplesmente aprimorar conhecimentos para o exercício da advocacia. Tem contribuído, assim, decisivamente para o engrandecimento da cultura jurídica, tanto na capital como no interior do Estado.

A par disso, a Emap centra esforços no sentido de que o juiz, como agente político, possa melhorar a base de sua formação científica e humanista, resultando daí melhoria na qualidade da prestação jurisdicional entregue à população.

É verdade que a Escola vive hoje um momento delicado. Em face de dúvidas quanto a sua natureza jurídica e da forma mais adequada de repasses de recursos do Tribunal de Justiça para a realização dos seus cursos, a Emap não tem podido realizar boa parte dos eventos programados, malgrado – ressalte-se – a boa vontade da administração do Tribunal e a elevada competência da diretoria da Escola.

Esse impasse paralisou boa parte da grade de cursos prevista para os últimos anos, forçando a Emap a realizar poucos eventos com ajuda

A vocação de uma Escola

financeira do Tribunal e outros com patrocínios externos ou às expensas do já combalido caixa da própria Escola.

Qual é, enfim, o papel da Escola da Magistratura? Que Escola queremos para o futuro?

Afinal, a complexidade cada vez maior das relações jurídicas exige que o magistrado seja um “ser especial”, dotado de conhecimentos e poderes sobre-humanos, um verdadeiro “Varão de Plutarco”, para usar uma expressão do grande mestre Moniz de Aragão. Urge encontrar uma forma que a Emap possa crescer na medida da expectativa dos magistrados do nosso Estado. Notadamente agora que a Emenda Constitucional nº 45 criou a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) para funcionar junto ao Superior Tribunal de Justiça, é hora da nossa Emap deslanchar, promovendo os cursos previstos pela Enfam (Resolução nº 1) de quatro meses, como etapa do concurso de seleção de magistrados, período em que, além da cultura jurídica, os professores analisarão se o candidato revela vocação para a magistratura, além de formação moral, inteligência, equilíbrio psicológico e outros atributos que a prova meramente cognitiva não logra demonstrar.

Urge que a Emap também realize os cursos de aperfeiçoamento, de sessenta-horas anuais para os juízes vitaliciandos e de quarenta horas-aneais para os demais magistrados, de primeiro e segundo grau, que a Enfam tornou obrigatórios pela Resolução nº 2.

O juiz autodidata perde o convívio enrique-

cedor e a oportunidade dos debates que ajudam a alargar horizontes. Em pouco tempo corre o risco de se desatualizar, de ficar ultrapassado, inseguro, arredio aos debates e à exposição inevitável que sua função propicia. Após frequentar um curso, no contato com as dificuldades vivenciadas por colegas e na dinâmica da discussão aberta e franca, o juiz se aprimora e volta renovado para a Comarca, com autoconfiança e agilidade para decidir.

É preciso ter em mente que os cursos de aprimoramento não são para colecionar títulos ou láureas acadêmicas, nem para ser invejado pelos colegas, mas têm a finalidade exclusiva de aperfeiçoar a prestação jurisdicional, que é responsabilidade primeira do próprio magistrado. Não se faz um grande julgador sem passar por uma formação continuada, porque o Direito é dinâmico.

A Emap pode contribuir ainda com:

- novos encontros entre juízes formadores e, simultaneamente ou não, entre juízes vitaliciandos, visando sanar dúvidas existentes nessa árdua e importante tarefa de minimizar as dificuldades dos juízes iniciantes;
- promover maior número de publicações culturais, com ênfase na produção intelectual de alunos do curso de preparação à magistratura, de magistrados e familiares;
- novas edições do “Mostra Talento”, em parceria com a Eseje, projeto em que juízes e servidores têm oportunidade de contribuir com sugestões que possam desburocratizar e aperfeiçoar o seu trabalho, ou para contar sua história de vida, para concorrer com contos,

poesias, fotografias, músicas e outros vetores, exercitando sua criatividade e solidificando o comprometimento com a instituição a que pertence;

- abrir espaço para exposições artísticas, dentro dos núcleos, tribunais ou fóruns no interior, para apresentação de trabalhos de juízes e servidores;

- reuniões culturais regulares, em que figuras representativas da nossa sociedade possam ter um momento de prosa, descontraída e edificante, visando aproximar o Judiciário da sociedade e dando aos alunos e juízes uma visão apurada do que está acontecendo na comunidade;

- aproveitamento dos cursos de atualização para ministrar não só temas estritamente jurídicos, como aqueles que digam respeito ao comportamento do juiz nas suas relações com o jurisdicionado, com os intérpretes do Direito, nas reflexões, mas como ocupar o tempo livre, na apreciação da arte, na preparação para a aposentadoria, no incentivo ao voluntariado e na administração do estresse;

- a seleção de alunos que, como bolsistas do tribunal, possam auxiliar na pesquisa e elaboração de trabalhos para os juízes de primeiro e segundo grau;

- incrementar o intercâmbio com escolas locais (da advocacia, da Polícia Civil, do Ministério Público, da Justiça Federal) e de outros Estados, assim como de Portugal, Espanha, França, Estados Unidos e outros países que possam contribuir para a formação dos nossos julgadores.

A atual direção da Escola vem fazendo o

**CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA ESCOLA
DA MAGISTRATURA DO PARANÁ
1ª TURMA – 1º CURSO – GUARATUBA
18 a 24 de novembro de 1984**



Magistrados cursistas

(Em pé) Roberto Pacheco Rocha – Curitiba (coordenador); Toshiaro Yokomiso – Umuarama; Nelson Monteiro Pacheco – Osório (RS); Acácio Cambi – Curitiba; Maria Aparecida Blanco de Lima – Guaraniaçu; João Maria Brandão – Ibiporã; Davi José Arantes – Tomazina; Sidney Mora – Curitiba (coordenador); Cândido Francisco de Oliveira – Piraquara; Jamil Nakad – Uraí; Nivaldo Paulo da Rosa – Alto Piquiri; Eugênio Achille Grandinetti – Prudentópolis; Talma França de Andrade – São Mateus do Sul; Josué Corrêa Fernandes – Chopinzinho; Wilson Kopa-

que é possível fazer, mas sua atuação tem sido coarctada por falta dos recursos indispensáveis para a consecução dos seus objetivos.

A Escola deve entrar na pauta de prioridades do Judiciário. Deve ser o centro das atenções do Tribunal que se moderniza, juntamente com o seu núcleo de ações estratégicas. Para ali devem



ck – Santo Antônio da Platina; José Chichoki Neto – Medianeira; Jayme Munhoz Gonçalves – diretor da Emap; Luiz José Perrotti – presidente do TA (expositor) e Paulo Habith – Faxinal. **(Agachados)** Noeval de Quadros – Palmeira; Augusto Otávio Stern – Jaguarão (RS); Vicente Troiano Netto – Curitiba (coordenador); Sílvio Vericundo Fernandes Dias – Santa Mariana; Tadeu Marino de Loyola Costa – Curitiba (coordenador); Dalmen de Pinho Tavares – Jandaia do Sul; Geraldo Peixoto de Luna – Barracão; Mário José Cordeiro do Amaral – Tibagi; Antônio Eliseu Arruda – Constantina (RS) e Sidney Bastos Marcondes – Jaguapitã.

convergir os estudos legislativos, filosóficos, políticos, antropológicos, sociais e éticos, no que diz respeito ao Judiciário e a uma constante evolução da Justiça.

É preciso que o Tribunal se volte para a Escola e que esta se volte para o juiz, trabalhando, sobretudo com os novos magistrados, porque é

aqui que se forja a têmpera de uma magistratura com os olhos no futuro, apontando rumo seguro para os que virão depois.

É preciso valorizar os professores, e não discriminá-los, porque a Escola não possui nada de seu, nem o prédio onde está abrigada, na capital ou no interior. Sua riqueza está na cabeça, no conhecimento e na dedicação de cada um de seus mestres, e isto precisa ser reconhecido.

Todo empreendimento que objetiva transformação enfrenta lutas e dificuldades, mas não podemos esmorecer. A Emap é um patrimônio inestimável e precisamos de humildade para reconhecer que necessita mais da colaboração de cada um de nós. É o mínimo que se pode fazer por uma instituição de tantas tradições e de tantos serviços de excelência prestados a todos nós, magistrados.

Para finalizar, vale lembrar que num curso de atualização para magistrados realizado em Jurema, o colega Tito Campos de Paula disse que na infância teve uma vida simples, no interior, morando numa casinha de madeira, iluminada à luz da lamparina. Disse que seu velho pai, zeloso pelo bem-estar da família, nunca deixava faltar óleo na lamparina, para que o pavio não apagasse.

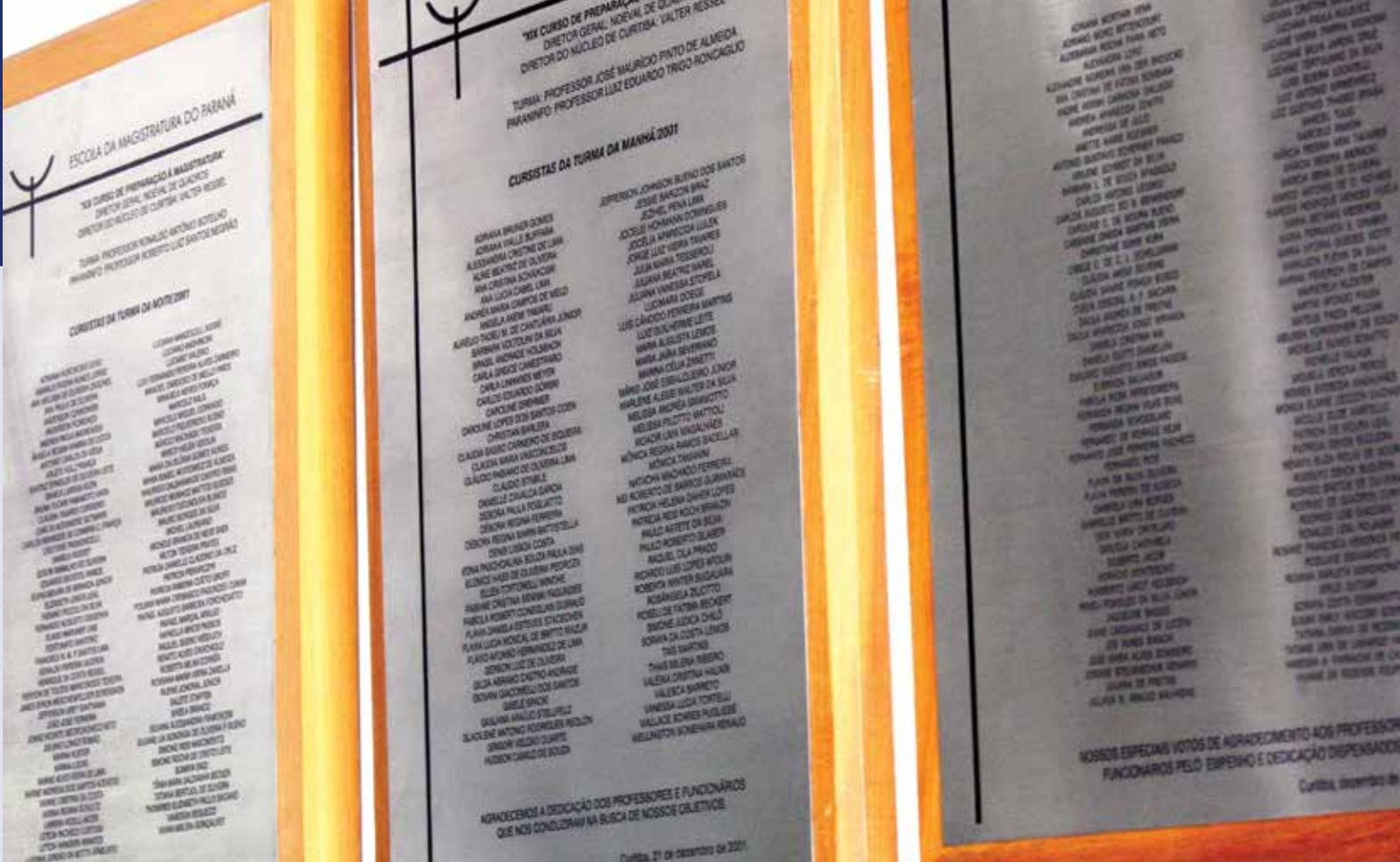
Essa imagem ficou como símbolo da Emap. Como o velho pai, que procura colocar óleo na lamparina todos os dias para que o pavio nunca seque e a chama nunca se apague. A Escola da Magistratura do Paraná segue em busca da sua vocação, arrosta as dificuldades e vislumbra um futuro grandioso, em prol das gerações vindouras.

Criação da Escola da Magistratura do Paraná

Por Vicente Troiano Netto

No primeiro semestre de 1983, o des. Alceu Conceição Machado, presidente do TJPR, atendendo ao convite do diretor da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul – Ajuris – des. Cristovan Daiello Moreira, designou três magistrados da comarca de Curitiba para participarem de um curso de aperfeiçoamento a ser realizado em Santa Maria (RS). A designação recaiu nos magistrados Accacio Cambi, José Antônio Vidal Coelho e eu, Vicente Troiano Netto. A participação paranaense foi destacada, considerada de grande importância jurídica para o aperfeiçoamento dos ensinamentos didáticos daquela escola, conforme diz o ofício do diretor da escola gaúcha, remetido ao presidente des. Alceu Conceição Machado. Novo convite chegou para colaborarmos em curso de aperfeiçoamento em Santo Ângelo (RS).

A incumbência transcendia a assistência às aulas e a participação nos debates: fomos colher informações e dados acerca da organização e funcionamento da escola gaúcha para futura instalação de estabelecimento semelhante no Paraná. Nos idos de 1970, o des. Alceste Ribas de Macedo organizou um ciclo de palestras, ministradas pelos desembargadores aos candidatos a juiz. A ideia de ensinar o candidato os mistérios da profissão estava lançada. Intercorrências sociais e políticas interromperam aquela programação, mas uma década após, fui encarregado de elaborar o anteprojeto do Regulamento da Escola da Magistratura do Paraná. Por ato da presidência do TJPR, afastei-me das atividades



judicantes (Portaria n. 944 – D.O. 27.06.83) e foram, igualmente, designados serventuários para trabalhar sob minha orientação. O trabalho diuturno, embasado no modelo gaúcho, visando atender às necessidades paranaenses, concluído no prazo previsto e entregue ao senhor presidente continha: proposta de regulamento, método de ensino, escolha de disciplinas, conteúdo, carga horária, execução e avaliação. A proposta de instalação da disciplina “Técnica Estrutural da Sentença” foi adotada imediatamente pela Ajuris, existindo até os dias de hoje, como base do currículo. E assim ficou estabelecido que os cursos fossem de formação de candidatos a juiz e de aperfeiçoamento e atualização de

magistrados e que a Escola da Magistratura do Paraná seria dirigida pela Amapar e mantida pelo Tribunal de Justiça. A aprovação do regulamento e da organização escolar ocorreu em Tribunal Pleno e durante a Assembleia Geral da Amapar. Foi nomeado seu primeiro diretor o desembargador aposentado Jaime Munhoz Gonçalves, como supervisor, o des. João Cid de Macedo Portugal, e como coordenador geral, o juiz de direito Vicente Troiano Netto.

A propósito, recebi o Ofício nº 115/88, comunicando-me a consignação de um voto de louvor pela elaboração do programa da referida disciplina, atualmente subdividida em duas matérias, área criminal e cível.

A Escola de Londrina

Por Toshiaro Yokomiso

Durante quase uma década fui o diretor do Núcleo de Londrina da Escola da Magistratura do Paraná. Conforme nomenclatura da época ocupei o cargo de coordenador de 16 de março de 1992 até 01 de fevereiro de 2003.

Iniciei na magistratura paranaense em 1974, julgando nas comarcas de União da Vitória, Uraí e Londrina, até ser promovido para o Tribunal de Alçada e, em seguida, nomeado desembargador do TJPR, em 2005.

Lecionei na Escola da Magistratura de Londrina a partir de 1992, na segunda turma. As aulas teóricas eram ministradas numa sala cedida pela Universidade Estadual de Londrina e, a parte prática, realizada no fórum. O cenário político nacional, instável pela constante desvalorização da moeda e preocupante pelas acusações ao presidente da República Fernando Collor, que culminou com seu *impeachment*, trouxe dificuldades financeiras para a toda a população. Naquele período, algumas mensalidades foram pagas com atrasos e tivemos vários pedidos de bolsa de estudos. Conseguimos sanar todos os imprevistos, recebendo o apoio do núcleo geral. O corpo docente, de maioria magistrados, enfrentava igualmente um período

de incertezas com os poderes estaduais constituídos, mas mesmo assim a grade curricular foi mantida e valorizada com os projetos culturais complementares. Adotamos o sistema pedagógico de estudos de casos, prestigiando o estágio, sendo as aulas práticas sempre realizadas no fórum. Publicamos o primeiro número da revista “Direito Vivo”, com artigos de professores magistrados londrinenses. Não houve continuidade deste projeto, único e pioneiro, por inviabilidade de patrocínio para os volumes seguintes, uma vez que atravessávamos época difícil.

Pretendi adquirir um prédio próprio para a Escola: construir ou comprar. Consegui comprar sete lotes contíguos, uma área de 2.822.510 m², próxima à sede esportiva da Amapar, avaliados, atualmente, em aproximadamente quatrocentos mil reais. A construção do edifício ficou no projeto e talvez, numa próxima ocasião, consigamos construir sede própria para o Núcleo de Londrina.

Minha aposentadoria ocorreu em 2003. Levo comigo a lembrança de um período de trabalho, estudos e aprimoramento e, observo com orgulho, o grande número de magistrados estaduais e federais, trabalhistas, que passaram por aquela Escola e hoje dão continuidade aos conhecimentos auferidos naquele período e naquele ambiente.

Aula inaugural do Núcleo de Londrina

Por Luís Renato Pedroso

Em hora oportuna, na gestão de Alceu Conceição Machado e Lauro Lima Lopes, o egrégio Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados fundaram a Escola da Magistratura do Paraná.

Foi uma ação conjunta de nosso areópago e da nossa entidade de classe que possibilitou a criação, inobstante o ato constitutivo, a Resolução nº 03/83, de 17 de junho de 1983. Em 07 de agosto de 1983 foi instalado em Londrina um curso experimental de preparação para o ingresso na magistratura, forma embrionária de interiorização de tal instituto.

Tive a ventura de proferir a aula inaugural do curso, sediado na antiga Capital Mundial do Café, Capital da Cultura. Foi com euforia e júbilo, principalmente para este magistrado que aqui julgou, que ama esta terra como filho adotivo e coracional que é, que proferi a aula inaugural.

Abordei o tema “A Missão de Julgar”. Ressaltei a importância e a relevância na preparação do juiz para o exercício da função judicante. “Se a sabedoria se adquire, a experiência se transmite”. Na sala de aula, os colegas mais antigos transmitem aos iniciantes a experiência adquirida, de modo a afastar a perplexidade já vencida pelos mais velhos, a custa de muito estudo e sacrifícios.

A missão de julgar é algo de transcendental responsabilidade. Urge que os vocacionados, aqueles que sentem no coração o ardente e incontido desejo de dirimir conflitos e conciliar interesses, dediquem-se de corpo e alma, estudando com afinco, lendo e pesquisando, lembrando-se sempre que a justiça humana deve espelhar-se na justiça divina, tornando-a cada vez mais perfeita.

Que o Juiz dos Juizes ilumine e abençoe os dirigentes, professores e alunos, a fim de que não esmoreçam no cumprimento dessa sublime missão: a de ensinar e a de aprender!

Uma trajetória de aluno a professor

Por Rogério Etzel

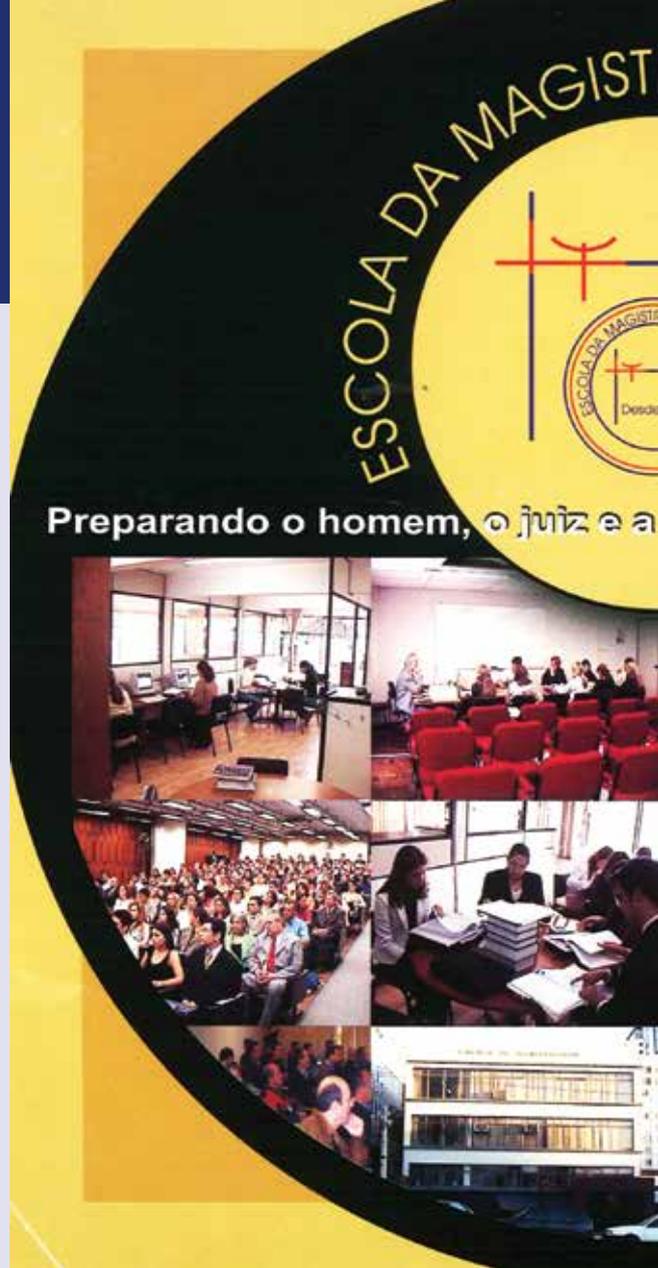
A aspiração pela aprovação em qualquer cargo público passa obrigatoriamente por fase de longos estudos, iniciando já na graduação. Para o ingresso na magistratura isso não é diferente, ou seja, o candidato já deve começar o preparo com muito estudo nos bancos da universidade, sem o que não obtém êxito sequer na prova da Ordem dos Advogados.

Cumprida esta etapa, e já com a ideia de prestar concurso para tornar-se magistrado, deve inscrever-se no Curso Preparatório da Escola da Magistratura do Paraná – Emap, que hoje inclusive é reconhecido como pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná.

A Escola da Magistratura, além de preparar tecnicamente os candidatos à carreira da magistratura, aprimora-lhes a prática e o raciocínio jurídicos. Nessa parte prática o curso se diferencia dos demais, já que é ministrado por professores orientadores, escolhidos e nomea-

dos dentre magistrados com larga experiência no assunto.

Para aquele que postula ser juiz de carreira, as aulas práticas propiciam um aprendizado único através de audiências e júris simulados de processos reais já julgados, sendo os alunos previamente escalados para desempenhar os papéis de juiz, promotor, advogado, escrivão, etc., de modo que possam preparar-se melhor, tanto no aspecto técnico-jurídico como na dramatização de cada uma das funções.





Lembro-me, da época em que fui aluno da Escola da Magistratura, em 1991, período este no qual não existiam as tais aulas práticas, ou seja, o aluno, após aprovado nesta instituição e no concurso de juiz, seguia para a comarca para exercer a profissão com um mínimo de provação prática. Com muita teoria e pouca prática, aliás “pouca prática” era a forma carinhosa como os colegas se dirigiam aos juízes substitutos, eu inclusive, recém chegado na comarca de Campo Mourão. Foi justamente nesta situação que

me encontrei. Cheguei cedo ao fórum em meu primeiro dia como juiz e recebi a notícia de meu dileto colega magistrado Luiz Fernando Tomasi Keppen de que haveria um júri às 13 horas naquela tarde e que eu deveria realizá-lo. Sem ter assistido sequer a um júri real anteriormente já que não era comum na universidade as atuais atividades complementares e sem sequer ter participado de um júri simulado já que a Escola não dispunha das aulas práticas, tive que presidir um júri real.

Para minha sorte, pude contar com todo o apoio, experiência, capacidade e compreensão deste grande amigo e magistrado Luiz Fernando Tomasi Keppen. Mas muitas vezes isto não acontece, já que os demais colegas normalmente estão ocupados com processos e audiências de suas próprias serventias. Portanto, vislumbra-se a importância, dentre outras, das aulas práticas ministradas na Escola da Magistratura.

Hoje, após andanças pelo interior, contato com muitos colegas mais experiente e com um pouco mais de prática, faço parte do quadro docente da Emap, justamente na matéria “Prática Forense”, onde posso compartilhar com os alunos e futuros juízes o conhecimento que adquiri nestes mais de 17 anos de exercício na carreira.

Por derradeiro, cumpre destacar ainda que a Escola da Magistratura cumpre importante papel não só na preparação para o ingresso na magistratura, como também na formação, aperfeiçoamento e atualização dos atuais magistrados, através de seus inúmeros cursos regulares.

A Escola da Magistratura do Paraná é um patrimônio inigualável da magistratura das araucárias.

Recordando

Por Sérgio Rodrigues

Recebi uma solicitação para dizer a respeito da história de nossa Escola da Magistratura, Núcleo de Maringá. Sinto-me feliz pela oportunidade de relembrar momentos tão significativos de minha convivência nessa comarca. Devo dizer que em abril de 1983, em decorrência do falecimento do então juiz de direito Fernando Antonio Vieira, assumi a direção do fórum de Maringá.

Mantenho na lembrança uma feliz experiência ocorrida muito antes, por volta de 1975. Era um núcleo de estudos organizado entre os juízes, por necessidade de atualização e de ouvir a opinião dos colegas, uma reunião espontânea de magistrados. Éramos os titulares de dez comarcas próximas entre si, mas longe dos centros de cultura jurídica e da capital. No último final de semana de cada mês nós nos reuníamos para estudar um tema previamente escolhido, geralmente de difícil entendimento. O nosso grupo era liderado pelo valoroso Accácio Cambi e dele faziam parte os colegas Cícero da Silva, Wanderlei Resende, Vidal Coelho, Geraldo Munhoz de Mello, Hirosê Zeni, Waldemir Luiz da Rocha, Nilton Alvaro da Luz, Ulisses Mercer e Luiz César de Oliveira. A primeira reunião ocorreu em Rolândia, entrância inicial, da qual eu era o titular. E assim, todos os meses, no último final de semana havia uma reunião, cada vez numa comarca, para juntos trocarmos ideias e elucidarmos dúvidas.

Muitos anos depois, em Maringá, par-



Selo dos Correios comemorativo dos 25 anos da Emap.

ticipei dos primeiros entendimentos com a Universidade Estadual para elaboração de um convênio entre a Associação dos Magistrados do Paraná e a instituição. No mês de agosto de 1988 nasceu a Escola da Magistratura de Maringá. Os magistrados Munir Karam e Marco Antonio de Moraes Leite participaram daquele importante momento para a instalação da Escola. O primeiro teste seletivo, realizado no dia 15 de agosto de 1988, contou com a colaboração do eminente professor da UEM e advogado militante Ivan Neves Pedrosa, que também lecionou na primeira turma.

Outro convênio, entre o Tribunal de Justiça e a Universidade de Maringá, instituiu o Serviço de Assistência Judiciária, com elaboração de concurso para a contratação de Defensores Públicos na área cível e criminal. O 1º Curso Preparatório para Ingresso na Magistratura realizado em Maringá teve grande aceitação da comunidade, com tantos alunos que foi preciso instalar duas turmas, sendo as aulas ministradas em salas da Universidade.

Como não havia, entretanto, sala específica para a Escola, muitas vezes os professores e os alunos vagavam pela Universidade sem saber para onde se dirigir. A solução foi o rompimento do tal convênio e, ao fim daquele ano letivo, a Escola cerrou suas portas, ficando inativa até 1990, quando o então presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Francisco de Paula Xavier Neto, atendendo as reivindicações dos juizes da região, resolveu instalar novamente os trabalhos escolares. O

colega Clayton Reis foi escolhido diretor da Escola de Maringá, que passou a ocupar o terceiro pavimento do Fórum, com mobiliário adequado e contando com uma secretaria. Este é, até a presente data, o endereço do núcleo de Maringá, por onde passaram mais de mil cursistas e, para nossa felicidade, alguns integrantes da magistratura de nosso Estado e também de outras unidades da federação.

Guardo boas lembranças do período em que assumi a direção da Escola, de 1993 a 1995. Comigo estiveram os eminentes colegas Maria José de Toledo Marcondes Teixeira e Antônio Martelozzo. Após um longo planejamento e para atender solicitação dos colegas da região, a Escola ofereceu um curso de atualização para magistrados, com duração de seis meses, aulas às sextas-feiras à noite e aos sábados, pela manhã. Parece até que aqueles encontros, tão distantes do início de minha carreira, estavam se repetindo.

O curso de atualização contou com a participação de juristas da área do Processo Civil e também de Direito Civil, destacando-se, dentre outros, o ministro Sidney Sanches, o mestre Kazuo Watanabe e o professor Eduardo de Oliveira Leite. Concluída a carga horária e a apresentação de monografia, uma comissão de professores aferiu as notas de aproveitamento e foram expedidos os certificados.

Atualmente a Escola de Magistratura, Núcleo de Maringá, está ofertando o 20º Curso de Preparação à Magistratura, com 50 cursistas, sob direção do juiz de direito Willian Arthur Pussi.

Por Clayton Reis

O recente elogio realizado pelo ministro Fernando Gonçalves, diretor-geral da Enfam – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, através do Ofício nº 182/2009/DG, dirigido ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em data de 07/12/2009, destacando a Emap como sendo “uma das Escolas da Magistratura mais atuantes, com uma força renovadora traduzida na aplicação de novos conhecimentos”, bem como o Prêmio Selo Enfam 2010, outorgado à Escola da Magistratura do Paraná em 16/04/2010, em face “do trabalho de excelência desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem dos cursos institucionais realizados”, é “conseqüência do trabalho de todos os Diretores que passaram pela nossa Escola nesses seus 26 anos de existência”, como assinalado pelo diretor-geral da Emap, juiz Roberto Portugal Bacellar, em seu ofício de 19/01/2010, dirigido aos seus ex-diretores.

Nesse momento, cumpre-nos ressaltar que a “construção” da Escola da Magistratura é um trabalho compartilhado onde não há espaço para vaidades e/ou celebridades. Daí porque todos participaram desse processo idealista de “edificação” da Emap, contribuindo com energia e vibração na direção de um sonho que se materializa. Assim, após exercer a coordenação na Escola da Magistratura de Maringá, no período

A Escola da Magistratura do Paraná

de 1988/1990, fui removido em janeiro de 1990 para a comarca de Curitiba.

Na capital do Estado, no período de 1992/1993, assumi a coordenação dos cursos de especialização da Emap e, posteriormente, a coordenação-geral da Escola no período de 1994/1995, designado pela presidência da Amapar, na gestão do atuante e destacado des. Sydnei Mora. Nesse período de intensa movimentação da Escola da Magistratura, é indispensável destacar o extraordinário apoio a ela conferido pelo então presidente do Tribunal de Justiça, des. Ronald Accioly Filho, bem como pelo corregedor-geral da Justiça, saudoso e memorável des. Negi Calixto. Esses eminentes homens públicos apoiaram de forma incondicional a Escola, consignando dotações orçamentárias, autorizando a promoção de cursos de atualização para magistrados, objetivando cumprir a disposição constitucional prevista no artigo 93, inciso II, letra “c” da Carta Magna de 1988, bem como incentivaram a remodelação estrutural da Emap. Para essa finalidade, autorizaram o deslocamento

Galeria dos Diretores



Jayme Munhoz Gonçalves; Ruy Fernando de Oliveira; Francisco José Ferreira Muniz; Edson Ribas Malachini; Clayton Reis; Newton Álvaro da Luz; Gilberto Ferreira; Noeval de Quadros; Accacio Cambi e Roberto Portugal Bacellar.

dos juizes da capital e do interior do Estado para o local destinado pela Amapar para a realização dos apontados cursos da Escola na cidade de Guaratuba. Por decorrência deste significativo e importante apoio, a Emap prestou-lhes homenagem através de placa em bronze que se encontra localizada no atrium da Escola, registrando de forma inequívoca o reconhecimento da Escola da Magistratura do Paraná. E assim inscreveu em sua história o nome daqueles que compreenderam o significado de que a educação é a arte de construir seres humanos.

Neste período foram realizados oito cursos de aperfeiçoamento para magistrados, bem como dois cursos para assessores jurídicos do

Tribunal de Justiça e dois cursos para oficiais de justiça de Curitiba, estes últimos realizados na capital do Estado, todos coroados de sucesso. No mesmo sentido, a Emap passou a oferecer cursos em Curitiba destinados a preparação para a magistratura para 160 cursistas previamente escolhidos em processo de seleção.

No período da sua administração o presidente do Tribunal de Justiça destinou recursos orçamentários, por intermédio da Amapar, direcionados para a Escola da Magistratura, provenientes da arrecadação das inscrições ao concurso para provimento ao cargo de Juiz de Direito do Estado do Paraná. Tais valores foram utilizados para a aquisição de móveis,

equipamentos e recursos audiovisuais para a Escola de Curitiba, bem como para as coordenadorias de Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Na capital, foram equipadas as salas de aulas, bem como remodelado e adaptado o anfiteatro com aquisição de poltronas e instalação de ar-condicionado. Na sequência, foram adquiridos livros e filmes didático-pedagógicos (em convênio com a Escola da Ajuris/RS) destinados à formação da então inexistente biblioteca da Escola, bem como à contratação de bibliotecária para a instalação e catalogação do acervo. Todos os recursos orçamentários utilizados pela Escola foram devidamente aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado, em decorrência das prestações de contas realizadas pela Emap.

Todos esses investimentos físicos na estruturação didático-pedagógico-administrativa da Emap tornaram-se necessários, em virtude da ampliação e dos novos cursos que passaram a ser ministrados. Isto porque a Escola apenas oferecia 40 vagas no período noturno nos cursos de preparação para a magistratura e durante todo o período diurno a Escola permanecia inoperante. Assim, era necessário reformular a Escola, o que se tornou possível graças ao apoio e entusiasmo incondicional do des. Jorge Massad, coordenador dos cursos de atualização. Por tais motivos, no ano de 1993 foi instalado o curso diurno e ampliada a oferta de vagas nos dois turnos de 40 para 80 alunos em cada período, que foi amplamente aceita pela sociedade em face da existente demanda reprimida, ou seja, a Escola quadruplicou sua capacidade de ofertas de cursos de preparação de 40 para 160

cursistas. Para atingir esse desiderato, tornou-se necessário reformular administrativamente a Emap para atender os novos cursos de preparação e atualização de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Após administração na Emap fui guindado, por indicação da AMB (na gestão do des. Paulo Medina no período de 1996/1997), como diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura, sob a presidência do ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, do STJ. Nessa oportunidade, realizei curso de atualização no CEJ – Centro de Estudos Judiciais em Lisboa, bem como tive a oportunidade de conhecer a estrutura operacional das escolas da magistratura de Madrid e de Roma. No mesmo sentido, participei dos inúmeros eventos promovidos pela ENM – Escola Nacional da Magistratura, em Montevideu, Buenos Aires e em outros locais do território nacional, sempre sob a supervisão eficiente e dedicada do notável magistrado e jurista ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Todas essas atividades, realizadas em paralelo com a atividade judicante, atestam um momento significativo em minha fugidia existência e que, por sua vez, retratam minha singela parcela de contribuição à Escola da Magistratura do Paraná, construída pela soma dos ideais de todos aqueles que acreditaram na edificação de uma escola destinada a promover as potencialidades próprias de cada pessoa – especialmente do magistrado, na sua relevante missão de contribuir para a construção de um mundo justo onde impere o direito e a solidariedade humana.

Maioridade

1983 - 2004

Por Ruy Fernando de Oliveira

A Escola da Magistratura do Paraná completava vinte e um anos como um estabelecimento de ensino reconhecido pela comunidade jurídica paranaense apta a contribuir decisivamente para o recrutamento e treinamento de juízes.

É certo que não se trata de instituição destinada a suprir as lacunas do ensino jurídico nas universidades, sendo evidente que seus dirigentes têm procurado implementar uma metodologia capaz de proporcionar uma adequada antevisão da carreira para o futuro magistrado, incluindo o seu papel de agente transformador do próprio Poder Judiciário.

Desde sua fundação a Escola da Magistratura do Paraná exercita o tirocínio jurídico de seus cursistas, investiga-lhes o perfil psicológico, suas aptidões comunicativas, sua capacidade de ouvir, sociabilizar-se e organizar-se para o trabalho.

Iniciei minhas atividades na Emap, ao lecionar Direito Tributário e exercer a função de coordenador do curso noturno, em 1984. Ministrei “Deontologia do Magistrado” e assumi a coordenação-geral do curso noturno em 1985. Nomeado diretor em 1988, permaneci no cargo por duas gestões, acumulando a coordenação da região sul da Escola Superior

da Magistratura Nacional. Em 1993, exerci a função de coordenador dos cursos de atualização e, em 1995, lecionei “Técnica Estrutural da Sentença Cível”.

Nesse período, proferi palestras em cursos diversos e aulas inaugurais no interior e no curso para árbitros do Juizado de Pequenas Causas e curso para assessores do Tribunal de Alçada.

Como diretor, firmei convênio com a Universidade Estadual de Ponta Grossa para a instalação da coordenação local (hoje Núcleo) em 1992.

As dificuldades foram contornadas com o auxílio e orientação de coordenadores e professores e a colaboração de eficientes funcionários. O Tribunal de Justiça, em algumas gestões, incentivou atividades, como nos programas de juízes formadores e vitaliciandos, e contribuiu para diversas realizações. As dificuldades, não obstante, estavam presentes, fossem as de ordem pedagógica, financeira ou material.

O esforço de todos frutificou. Novos núcleos no interior, a multiplicação de cursos e atividades, bem como as reformas gerais nos edifícios e a aquisição de imóveis, confirmaram a vitalidade da instituição e a capacidade de iniciativa e de renovação dos magistrados e membros de outras carreiras que a integram.

Objetivo e Propósito

Por Miguel Thomaz Pessoa Filho

Falo sobre a Escola da Magistratura do Paraná com imensa satisfação. Vivi intimamente a Escola por dezesseis anos, faz parte de minha vida profissional. Procurei-a porque me identifico com seus objetivos e propósitos. Fui transmitir minha experiência e ela me ensinou muito mais.

Cedo iniciei minhas atividades profissionais, trabalhando na indústria durante o dia e estudando a noite. Antes da faculdade de Direito fiz o curso técnico de Contabilidade de cujos conhecimentos me valia para desempenhar parte dos meus encargos na fábrica. Desenvolvia principalmente a atividade de gerência com vistas à produção e venda dos produtos. O risco do industrial está em absorver as despesas, mantendo-as nos limites da capacidade de receita da empresa. Imperioso ajustar o nível de produção a um patamar de superação econômica, gerando

estabilidade e possibilidade de ampliação. Trabalhei por onze anos sempre atento à estatística de produção, encontrando resultados positivos no estímulo aos funcionários, por avanço nos rendimentos salariais, através do alcance de metas. Estabelecia incentivos por empreitadas. A produção no período cresceu, em volume e produtos novos, de forma significativa.

Ao passar em concurso público para juiz substituto, inspirado pela vocação demonstrada por meu pai, em 1974 assumi a magistratura, afastando-me da indústria.

A visão pela necessidade de resultados nas atividades sob minha responsabilidade é até hoje componente importante da minha formação.

Busca o magistrado no processo a solução do litígio que lhe é posto a avaliar. Importa às partes a solução dos fatos, cabendo ao juiz dizer o direito. Inquestionável a necessidade da formação do juiz e seu constante aperfeiçoamento. O instrumento imprescindível para tal desiderato é a escola de formação, a Escola da Magistratura.

O magistrado, com verdadeira vocação, empenha-se integralmente na solução adequada de cada ação, instruindo e decidindo cada processo como se fosse único. O grande desafio que se lhe assoma, logo ao início da carreira, é o volume de processos em tramitação, cuja solução a ele compete. O tempo lhe falta e logo se apercebe que sua responsabilidade tem alcance sobre todos os feitos distribuídos, sem limitação, por absurda que seja a demanda na Vara ou Comarca pela qual responde. A ampliação da

estrutura dos serviços forenses tem-se mostrado insuficiente ao longo do tempo. Necessário tenha o magistrado agilidade possível para dar regular seguimento aos trabalhos, produzindo mais, sem perda da qualidade.

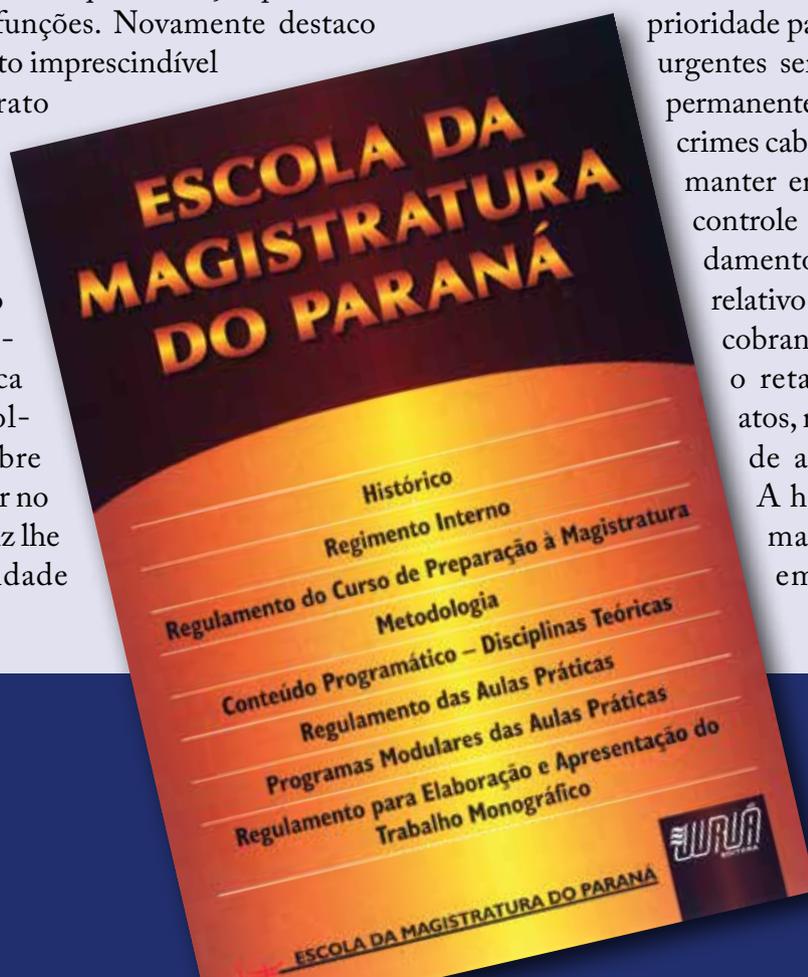
Resta evidente que a responsabilidade do magistrado frente a uma Comarca ou Vara, é muito mais ampla do que a reflexão e decisão sobre cada pendência jurídica a que foi instigado dar solução. O juiz de direito é também um administrador que responde pelo regular processamento de todos os feitos, pelo trabalho dos servidores afetos ao funcionamento da justiça na comarca, nos limites da sua competência, incluindo o relacionamento com o Ministério Público, com os advogados e com as demais autoridades, além do envolvimento adequado com toda a comunidade. Por igual responde pela administração do prédio do fórum. Necessário busque formação para essa diversidade de funções. Novamente destaco que o instrumento imprescindível para tal desiderato é a escola de formação, a Escola da Magistratura.

O advogado recebe sua formação acadêmica para o desenvolvimento da nobre função. Ao passar no concurso para juiz lhe é imposta realidade

diversa que exige o conhecimento adquirido, contudo necessita de formação específica para a investidura da magistratura. A Escola deve servir de ponte, capacitando o bacharel em Direito para as funções judicantes.

Preocupado com a efetividade da prestação da jurisdição, sempre visei a celeridade na resposta. A direção do processo que compete ao juiz deve ser eficiente. Além de precisos os despachos para o desenvolvimento da lide, no seu aspecto jurídico, deve ser objetivo, atento aos requisitos legais, mas sem movimentos desnecessários. As audiências designadas devem efetivamente acontecer, o magistrado nunca as adia e só defere pedidos nesse sentido quando há real impedimento para sua realização. Mesmo nesses casos, com todos os envolvidos que compareceram para o ato dentro da sala de audiências, de imediato redesigna o ato, intimando formalmente os presentes. A

prioridade para os processos urgentes será preocupação permanente. Nos processos crimes cabe ao magistrado manter em seu gabinete controle pessoal do andamento de cada feito relativo aos réus presos, cobrando do escrivão o retardamento dos atos, mesmo que seja de apenas um dia. A habitualidade de manter o serviço em dia faz com



que o número de processos em andamento se reduza e menos incidentes aconteçam. O magistrado que souber administrar o andamento dos processos que lhe são afeitos, ao longo do tempo verificará que terá na vara sob sua responsabilidade um acervo muito menor de processos em andamento que outras varas com distribuição equivalente.

Convencido da importância da Escola da Magistratura para o desenvolvimento adequado da carreira de cada magistrado e cômulo de minha responsabilidade em transmitir aos juizes iniciantes a experiência obtida ao longo de quatorze anos em várias comarcas do interior, em especial sobre a agilidade no trato com os processos e a visão objetiva na solução das lides, aceitei desde logo o convite que me formulou o então diretor da Escola, dr. Ruy Fernando de Oliveira, ilustre desembargador e ex-vice-presidente do Tribunal de Justiça, participando como orientador de estágio de “Direito Processual Civil” do sétimo curso de preparação para ingresso na Magistratura (Portaria nº 29/88).

Por catorze anos prossegui lecionando na prática processual, sendo que a partir do 9º curso fui nomeado professor orientador de “Direito Processual Penal”. Ao iniciar o 12º curso, em 1994, fui designado coordenador da área criminal. Formamos um grupo dedicado, e o integravam os doutores Antonio Oesir Gonçalves, João Fernando Van Der Brook Natel, Luiz Lopes, Rogério Kanayama e Ronald Juarez Moro. Lecionávamos um período pela manhã e outro à noite todas as semanas. Como

orientadores para a formação de juiz exigíamos disciplina, inclusive de nós mesmos. Chegamos a cumprir os anos letivos sem nenhuma falta de qualquer integrante do grupo e sem nenhum atraso no horário, quer de início ou término das aulas. Mantivemos por anos o hábito de confraternizar com um jantar em restaurante uma vez por mês, para o qual se exigia a mesma disciplina, início às 20 horas e término às 22 horas. Questão posta como folclore, mas cumprida por todos rigorosamente.

Criamos vários módulos para análise de processos acerca de crimes diversos e ritos diferentes, cópias de originais sem os despachos e decisões que seriam preenchidos pelos cursistas. Durante algumas aulas toda a matéria a respeito do tema, cujo processo servia de paradigma era analisada e debatida. Ao final de cada dia de aulas as decisões correspondentes eram proferidas com a supervisão de cada orientador para o grupo que acompanhava. A turma era dividida pelo número de orientadores, formando seis equipes. Ao início de cada novo dia de aulas o orientador reportava-se à correção que fizera acerca das decisões proferidas na aula anterior, tecendo a respeito comentários construtivos que aproveitavam a todo o grupo. Nas aulas de instrução do processo os integrantes de cada grupo se revezavam na sala de audiências de sorte que todos desempenhassem todas as funções, de juiz, promotor, assistente de acusação, advogado, testemunha e réu. O mesmo procedimento de avaliação era adotado para as sentenças proferidas em cada

um dos processos. Ao encerramento de cada módulo havia o revezamento entre os grupos e respectivos orientadores, de sorte que todos os cursistas eram avaliados por todos os orientadores durante o ano letivo.

A sistemática trouxe resultados tão positivos que nos entusiasmava a cada novo curso. A diferença de atuação pelos alunos nas audiências e a qualidade das suas sentenças, se comparadas entre as primeiras e as últimas, era extraordinária.

Na gestão do hoje des. Noeval de Quadros procedemos a reforma dos andares superiores do prédio da Escola, com novas salas de aula e com salas de audiência que comportavam os grupos que reunidos junto à mesa debatiam os temas e nas aulas de audiências, tomavam assento como integrantes de uma atividade jurisdicional normal. Foram instalados computadores com duplos monitores, todos acompanhando os trabalhos. Fiz o projeto das salas e dos móveis, o des. Luiz Lopes, então diretor administrativo, executou enquanto o des. Noeval buscava verbas para a difícil empreitada que se tornou realidade após mais de quinze anos da existência da Escola.

A “Prática Processual Civil” sempre teve desenvolvimento excelente e sob a coordenação do des. Valter Ressel adotou também a sistemática de módulos com ótimos resultados.

Evoluiu a Escola, na gestão do des. Noeval, de forma expressiva, com o aperfeiçoamento metodológico introduzido através da contratação da pedagoga dra. Solange, sempre atenta à qualificação dos professores, não só pelo nível de

conhecimento, mas também pela capacidade de comunicação. A constante avaliação produziu gráfico indicativo de resultado, materializando a evolução do aprendizado, também indicativo do perfil de cada professor, orientando-o nos pontos a exigir maior atenção. Também nesse período a Escola foi credenciada junto ao Sistema Estadual de Ensino como instituição de ensino superior e obteve a conquista de nível de especialização do seu curso. Com preocupação no aperfeiçoamento dos professores, o des. Noeval criou cursos anuais do qual participaram todos os que lecionavam na Escola, na capital e nos vários núcleos regionais.

A par de ter tido a grata satisfação de lecionar na Escola, também participei da administração como supervisor pedagógico e, na última gestão do des. Noeval, como diretor do núcleo de Curitiba. Nesse período vivi a Escola e dela recebi experiência maior que a que pude transmitir. O convívio com funcionários que “vestem a camisa” da instituição, com dedicação muito além da obrigação funcional, foi compensador. Também o relacionamento com os cursistas, jovens entusiasmados em busca de suas carreiras profissionais é muito gratificante.

Desde que me afastei, por imperiosa falta de tempo, tenho acompanhado a dedicação das administrações que nos sucederam e observo o mesmo entusiasmo, todos festejando o recente coroamento com a distinção de melhor Escola da Magistratura do Brasil.

Minha afetuosa saudação a todos que contribuíram para a Escola da Magistratura do Paraná, desde o seu nascedouro até os dias de hoje.

Mensagem

Por Fábio Marcondes Leite

Parafrazeando Caetano Veloso, posso dizer que a Escola da Magistratura do Paraná é minha mais completa tradução.

Devo minha profissão e tudo que ela me proporcionou, inclusive minha família, meu bem maior, à Emap. Se não tivesse passado pelos seus bancos, jamais teria superado o concurso de ingresso na carreira e, posteriormente, ido morar em Londrina, onde conheci a Ana Paula, minha esposa.

Muito mais do que o conhecimento jurídico necessário, a Emap desenvolveu em mim a vontade desmedida de ser o que hoje sou. O contato que tive na época com os professores, magistrados e profissionais da Escola, deu-me a certeza do que eu queria ser e do que precisava fazer para conseguir: me disciplinar através de métodos eficazes de estudo e concentração; hierarquizar valores e necessidades; praticar a humildade e saber que não só o sucesso advém das minhas atitudes, mas também o meu fracasso; abdicar de pequenas coisas para conseguir as grandes; e perseverança.

Por tudo isso, minha gratidão pela Emap é substancial.

Gratidão essa, aliás, que me levou, já como magistrado, a dela participar, contribuindo com o pouco que tenho para que a instituição continue fazendo por outros o que fez por mim.

Entrevista

Impacto socioeconômico das decisões deve ser levado em conta

Fernando Prazeres, diretor da Escola da Magistratura do Paraná.

Rodrigo Deda, especial para a Gazeta do Povo

As decisões judiciais trazem consequências sociais e econômicas para a vida das pessoas. Ao fazerem seus julgamentos, os juízes precisam estar conscientes disso para que suas decisões não acabem por agravar problemas sociais. Com base nessa visão, segundo o diretor da Escola da Magistratura do Paraná (Emap), Fernando Prazeres, a instituição vem buscando incluir nos cursos de aperfeiçoamento dos magistrados temas referentes às consequências socioeconômicas das decisões.

A Emap foi, há duas semanas, considerada a melhor instituição de formação de magistrados do país, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), recebendo o Prêmio Selo Enfam, obtendo a maior pontuação entre as 15 escolas inscritas. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, Fernando Prazeres fala sobre os principais desafios da instituição hoje na formação de magistrados e daqueles que pretendem seguir carreiras na magistratura. Consciente das dificuldades da Justiça em dar agilidade ao trâmite dos processos, Fernando Prazeres conta que uma das contribuições da escola nessa área foi a criação do Núcleo de Auxílio ao Magistrado, no qual os estudantes do curso de especialização da Emap podem ser voluntários para ajudar juízes em pesquisas jurídicas.

Qual o papel da Emap na formação dos magistrados?

A Escola da Magistratura tem duas funções. A primeira é preparar aqueles bacharéis em Direito que estão interessados em seguir carreira na magistratura. Então, funciona como curso preparatório para ingresso na magistratura. O curso dura um ano e é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação. Quem conclui sai com o título de especialista em Direito Aplicado. A segunda função é a de fornecer cursos de aperfeiçoamento exclusivamente aos magistrados. Tanto para os novos juízes como para os que já estão há mais tempo na carreira. Os juízes que passaram recentemente em concurso público precisam fazer, nos dois primeiros anos, 60 horas de cursos anuais. É um dos requisitos para que se tornem vitalícios no cargo.



“O magistrado precisa estar consciente de que sua decisão vai surtir determinada consequência na relação jurídica, social e econômica.”

conômicas das decisões judiciais, algo que vem sendo muito trabalhado também pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O juiz precisa estar consciente que sua decisão vai surtir determinada consequência na relação jurídica, social e econômica. O magistrado tem de estar consciente disso, precisa ter uma visão socioeconômica das situações que vai enfrentar. Um exemplo disso é o que trata do afastamento do marido do lar conjugal. É preciso que pondere em que circunstâncias a medida é necessária, pois afastando o marido, haverá consequências sociais ou cíveis. Uma delas é que a renda familiar pode acabar diminuindo.

Outro aspecto que temos tratado é a atualização do magistrado frente a mudanças na legislação. Estamos passando por um fervilhamento de mudanças legislativas. Há um novo Código de Processo Penal sendo discutido no Congresso. Recentemente foi

Conselho Nacional de Justiça do Paraná – que discutirá a meta de cada estado e administração pública. A carga de 40 horas de trabalhos para cada juiz. Estamos tendo dificuldade para atingir a Meta 8. Temos uma videoconferência de entrada em sete cidades do Paraná. Não conseguimos todos os magistrados. Encaminhei oficialmente para o Tribunal de Justiça de Macédo, para o site do tribunal. Vou te falar com a Celear para o projeto. Vou te falar rápido, nas próximas

A Emap ganhou o Prêmio Selo Enfam. Quais os benefícios para a instituição?

ênômico das levado em conta



isa saber que sua decisão
nda consequência na relação
nômica.”

nal de Justiça no
respeito à capa-
de dos magistra-
do em cursos de
judiciária com
s. Como estão os
o cumprimento

de superar uma
o cumprimento
equipamento de
a só em comarcas
al (instaladas em
Paraná). Por esse
seguimos atingira
trados do estado.
cio ao presidente
stíca (Celso Rótolli
que ceda espaço
nal. Em parceria
ueremos ampliar
er de resolver isso
imas semanas.

u um prêmio da
s critérios para a

ca três categorias

discussões, reunimos os magis-
trados num plenário e fazemos
avaliações.

O último tema que trabalha-
mos foi a fim de antecipar o cum-
primento de uma decisão da Corte
Interamericana de Direitos
Humanos, que determinou a capa-
citação de juizes a respeito do tema
“escutas telefônicas”. A decisão da
corte ocorreu após problemas
ocorridos com escutas em Loanda
(caso que foi parar na corte, envol-
vendo grampos telefônicos autori-
zados pela Justiça contra integra-
ntes do MST, sem no entanto, notifi-
car o Ministério Público). Nós tra-
balhamos esse caso específico com
os magistrados.

Como a escola pode contribuir
para a agilidade no trâmite dos
processos?

Há algo bem concreto. A Emap
celebrou um convênio, no TJ,
criando um núcleo de apoio ao
magistrado em Curitiba. A situa-
ção na capital, no que diz respeito

Aumentou a população de Curi-
tiba, tivemos nova Constituição,
mais pessoas começaram a reivin-
dicar seus direitos. Mas com a mes-
ma estrutura há mais de 20 anos
não temos como suportar a
demanda. Exigir o cumprimento
da Meta 2 (que determinou ano
passado que todos os processos até
2005 fossem concluídos) nesse
contexto é difícil.

Para tentar aumentara agilida-
de da Justiça acabamos de criar o
Núcleo de Auxílio ao magistrado,
no qual os alunos do curso de espe-
cialização da Emap podem auxi-
liar os juizes, na elaboração de
pesquisas doutrinárias e jurispru-
dencial, sempre sob supervisão.
Não se trata de uma forma de colo-
car os estudantes para decidir, é
preciso deixar isso claro. O magis-
trado interessado em participar,
conversa com os alunos, explica
como vai decidir, quais são os
parâmetros, o entendimento dele
e pede a pesquisa, ou, mesmo, a
elaboração de uma proposta de

Não quero falar de nomes para não ser in-
justo, mas agradeço muito aos coordenadores
dos núcleos de Londrina e de Ponta Grossa
que assumiram o risco de me chamar para esta
entidade tão efetiva em minha vida.

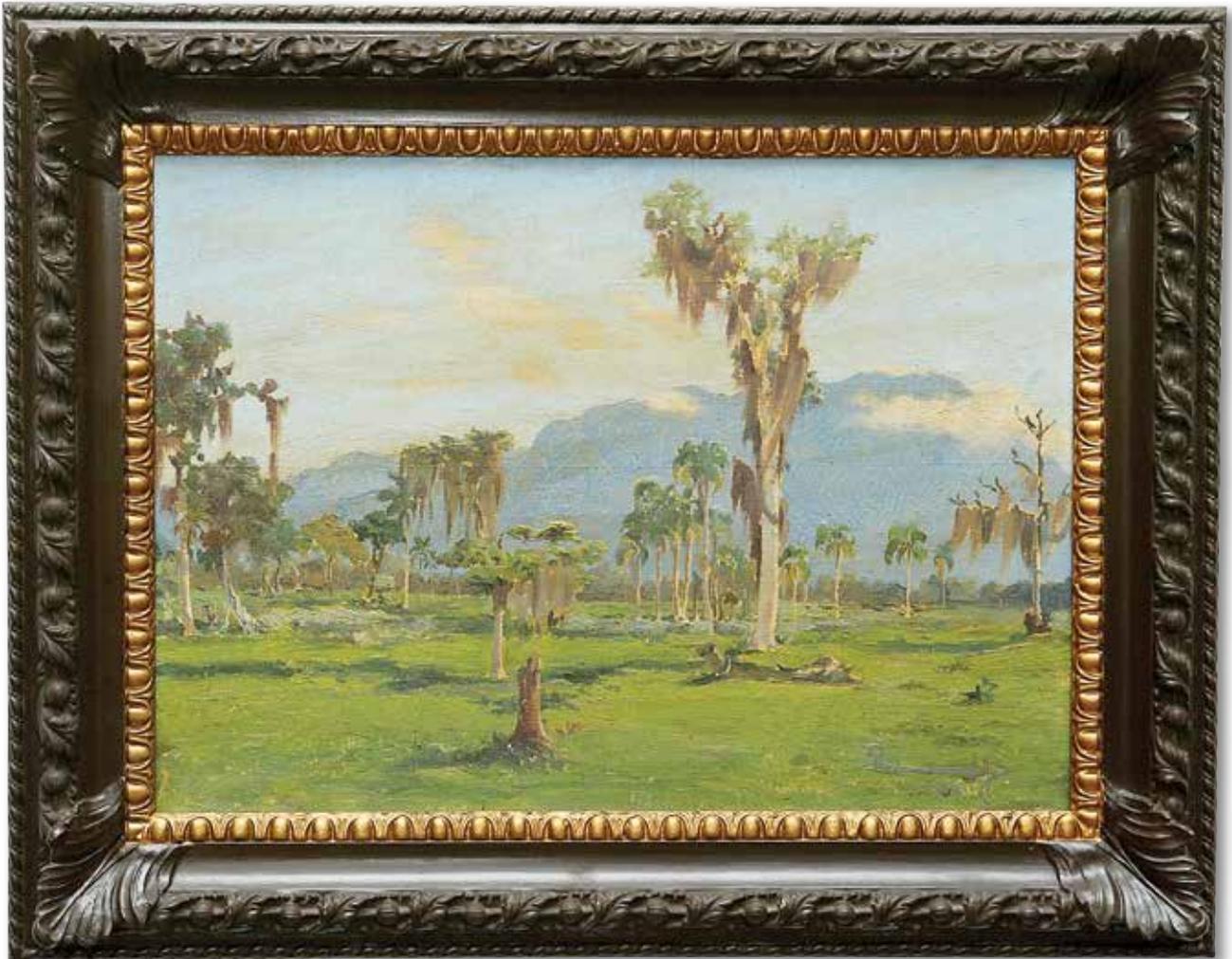
Fico feliz por ter conseguido ingressar na
magistratura não só para realização pessoal, mas
porque, pelo que penso e observo, a atividade
jurisdicional é realmente a balança da sociedade
contemporânea, num país em transição como
o nosso, aonde se vai da fome às maiores for-
tunas. Um país de grandes diferenças, onde o
equilíbrio é o que se busca.

Este equilíbrio social, a tutela dos interesses
coletivos, o resgate da segurança e da dignidade
humana..., por fim, a pacificação social, ainda que
em detrimento da Justiça no caso concreto são,
sem dúvida, os faróis que devem guiar o magis-
trado atual. Para isso temos que, cada vez mais,
nos preparar emocional e tecnicamente, nos afas-
tando da mera pesquisa de conceitos e princípios
passados que provadamente não funcionaram e
nos engendrarmos na criação de novos rumos,
de novos preceitos materiais e técnicas proces-
suais. Temos que passar de eruditos a cientistas
do direito, tal qual todos aqueles que têm, como
compromisso, a continuidade evolutiva.

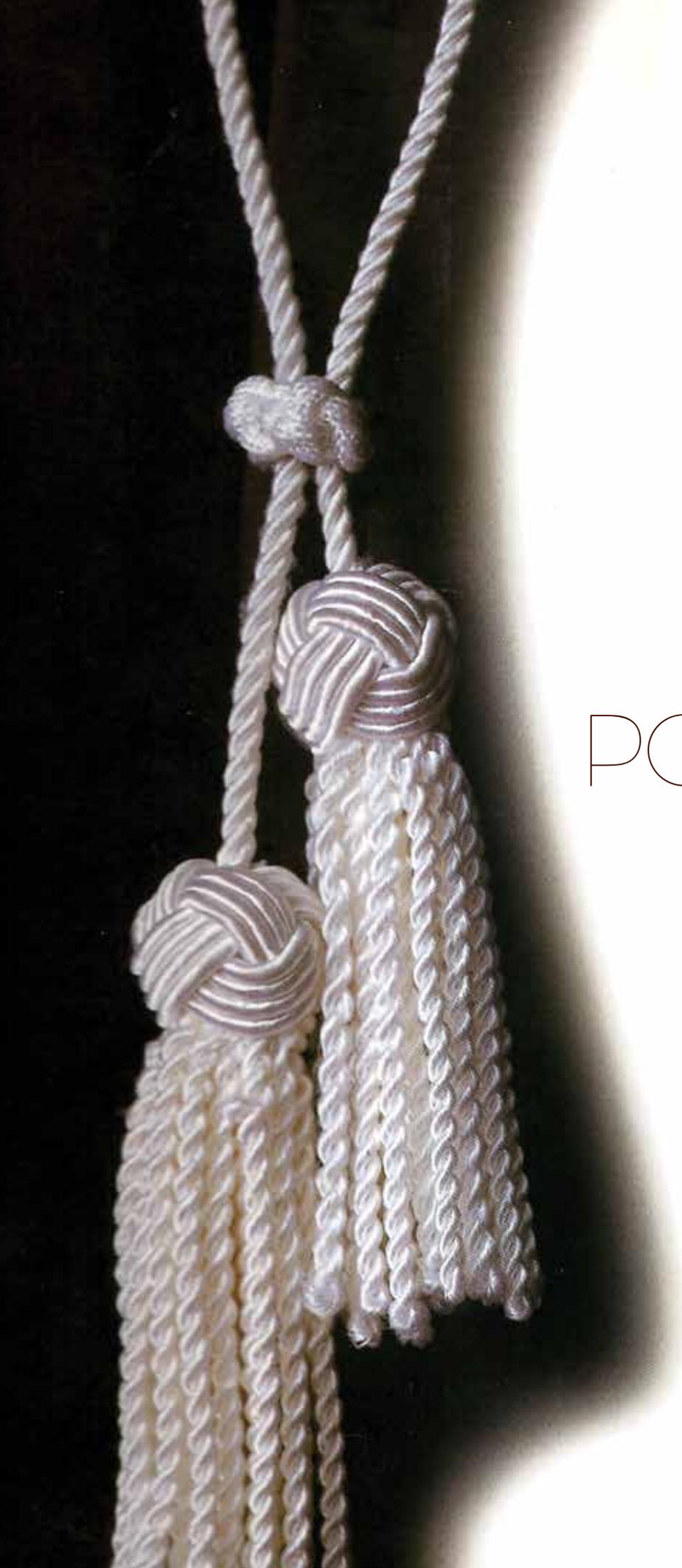
É o que posso sentir.

Devemos sempre lembrar das palavras do
cientista Albert Einstein: Deus não joga os da-
dos. Dificuldades e obstáculos são fontes valiosas
de saúde e força para qualquer sociedade. Viver
é como andar de bicicleta: é preciso estar em
constante movimento para manter o equilíbrio.

Um fraternal abraço.



Raimundo Jaskulski – Velhas Árvores.



POESIAS

Toga e literatura

JOSÉ EUDENI MAGALHÃES



Nasceu em Iracema, Ceará, em 1951. Bacharel em Direito pela UFPR, turma de 1979. Mestre em Direito das Relações Internacionais pela Faculdade Estadual de Londrina, em 1995. Obteve o título de Doutor em 2001, pela UFPR.

Exerceu a advocacia até ingressar na magistratura paranaense em 1984, iniciando a carreira em Loanda, como juiz substituto e promovido para a comarca de Salto do Lontra, onde foi juiz de direito. Judicou em Paranacity, Cruzeiro do Oeste, Arapongas, Campo Largo e Curitiba, aonde chegou em 2002. Por vários anos atuou nas turmas recursais dos Juizados Especiais da capital. Aposentou-se em 2004.

No magistério lecionou as matérias de Filosofia, Teoria Geral do Direito, Direito Civil e Processo Civil na Universidade de Londrina, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Faculdade de Direito de Umuarama e na Universidade Tecnológica do Paraná, tendo igualmente integrado bancas de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação.

É professor da Escola da Magistratura do Paraná. Ministrou palestras, publicou artigos e monografias em revistas especializadas.

Nos últimos anos tem se dedicado à literatura, escrevendo poesias, crônicas e contos. Sua produção intelectual pode ser encontrada no sítio da internet "Respirando Proesias".

Coros de alegria

*Delicie a penumbra da clara luz
Aprecie a sonata que o som produz
Sorria com a presença da amada
Confie no instinto que é revelado!*

*Ouçã o som daquela voz velada,
O aroma do quarto perfumado,
Que sem cuidado o olfato aspira
A sonoridade da harmonia...*

*Fale daquela bela melodia
Que ao meio-dia chicoteia o vento
Na calidez de qualquer agonia!*

*Cante bonitos coros de alegria
Quando o dia a aurora anuncia
Com a luminosidade nascente.*

Chorei

*Chorei hoje tanto
Que o meu pranto
O chão da tenda molhou
E uma cova grande cavou.*

*Mas o amor apontou
Que chorar não escava cova
Mas uma ponte constrói
Para a outra margem alcançar.*



Pomos do jardim

O pensamento voa

Voa o pensamento pelos ares
Corre o mundo devagar
Olhando cada lugar.

O pensamento é tão leve,
Que voa sem nenhuma asa
Enfrentando tempestades
No caminho por onde passa.

No marco do horizonte
Por ali ele caminha
Com os pés da luz que o guia
Da trilha nunca desvia.
Toca as nuvens de dia,
E a noite com as estrelas
Faz uma grande sintonia,
No espaço de poucos dias.

Viaja sobre o mar azul
Do globo ou do Brasil,
Sem temer algum sinistro
Que atinge qualquer nau.
Não há passarinho
Que com ele caminhe
O pensamento não se cansa
Pois ninguém a ele alcança.

Percorrendo as cidades
Fareja qualquer roseira
Nos quatro cantos do mundo
Viajando sobre os mares e rios,
As florestas e espaços,
Tudo num mesmo instante!
Meu Deus! Que grande espanto!

Banca a festa os pomos do jardim
Porque sem o aroma do jasmim
Não correm os silfos duma fragrância
Que circunda o peitoril da varanda!

A brisa que habita a moradia
No terraço dança com harmonia
Aquecendo a vivência campina
Como a chispa que incendeia a colina!

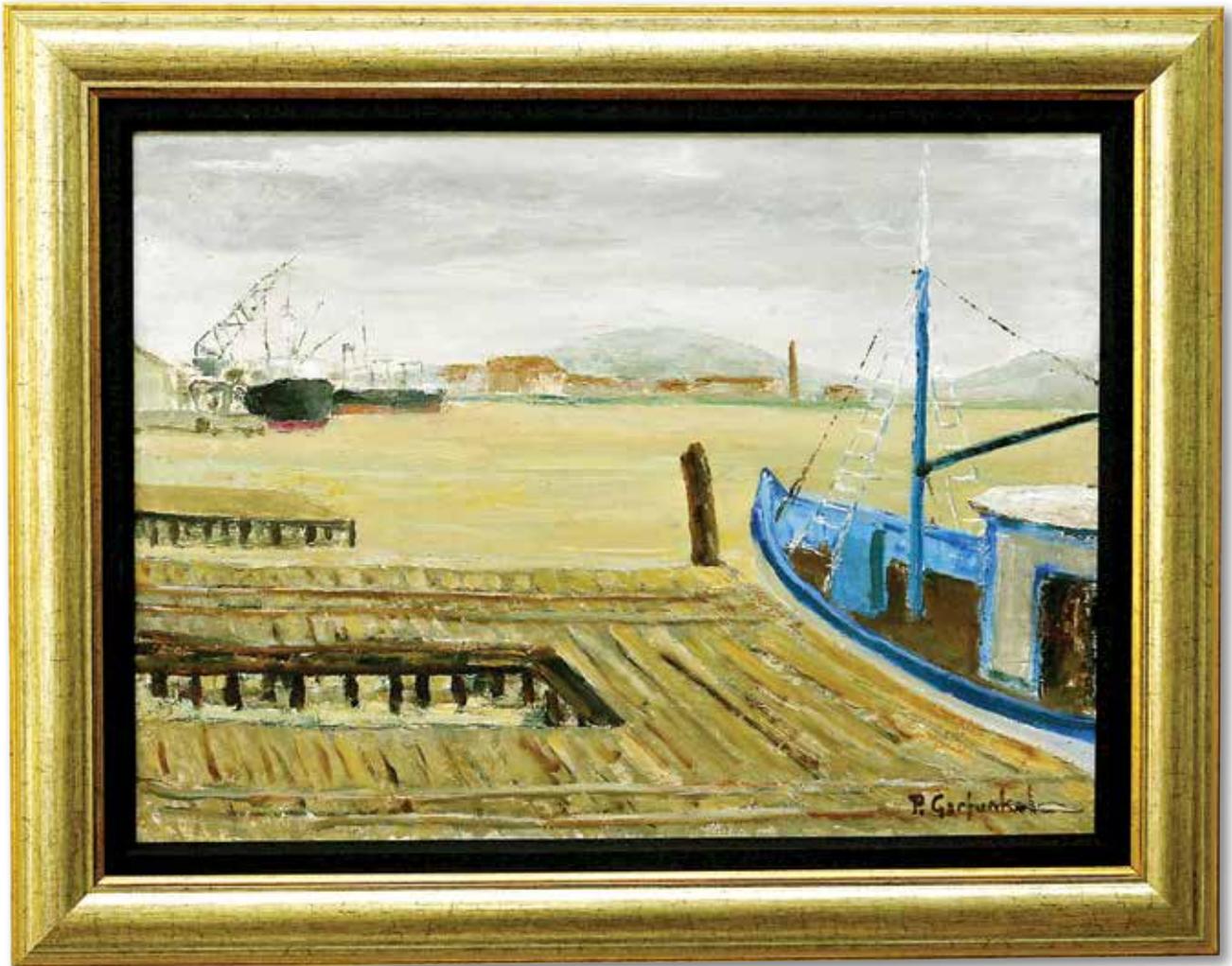
Assomam os perdulários desejos
Que capturam a castidade sã
Que no coração do homem viceja!

São ondinas que jaziam no lago
Explodindo cativos sentimentos
Que por instantes habitam a mente!

Conto um conto

Tanto falo que do santo
Sempre esqueço,
Nunca falo duma santa
Que não vejo,
Mas se conto algum conto
Quando escrevo,
Há sempre um contraponto
Que viceja!

Sempre levantam os contos
Que descrevo,
Às legendas que espontam
O gracejo,
Das histórias que florescem
Duma vez,
Fonte de um coração
Que lateja!



Garfunkel – Ancoradouro.

Inos Corradin

Nasceu na Itália, em Vogna, em 1929. Aos 21 anos chegou ao Brasil, instalando-se em Jundiá. Convidado para trabalhar em um projeto pioneiro, o Atelier Cooperativo, transferiu-se para a capital paulista. Viajou pelo país e desenvolveu uma cultura de sentimentos através da cor, utilizando-se da natureza e de detalhes expressionistas para revelar-se um pintor reconhecido e com obras de grande repercussão. Realizou mais de cinquenta exposições, praticamente em todas as capitais, mostrando seu estilo único e inconfundível. 

Raimundo Jaskulski

*1915 + 1998

Nasceu em Curitiba, e frequentou a escola de Alfredo Andersen de 1933 a 1935. Nesse ano, se mudou para Campo Largo onde trabalhava pintando louças, mas não deixou de produzir suas obras. Participou de vários salões, e ganhou prêmios. Possui uma extensa obra pictórica e seus quadros estão em coleções particulares nos Estados Unidos, Alemanha e em diversas cidades brasileiras. 

Paul Garfunkel

*1900 + 1981

Nasceu em Fontaineblau, França, e aos 27 anos chegou ao Brasil. Estabeleceu-se em São Paulo, mais tarde, em Curitiba. Retratou a paisagem curitibana em cores e traços vivos, além de orquestras, circos, animais e cenas bucólicas de cidades francesas.

Sua obra registrada em aquarelas e óleos estão no álbum *Novas Imagens do Brasil - 1958*, onde aparecem, ainda, impressões do Nordeste, das cidades histórias de Minas e do Rio de Janeiro.

A crítica de arte Adalice Araújo disse: *“O que mais nos emociona em sua vasta produção são os croquis e manchas rápidas, em que nos transmite a impressão primeira das coisas. Como os impressionistas, é sobretudo um artista de instantâneos, em cujos toques nervosos de grande vibração mágica, capta a crônica da vida cotidiana...”* 



Corradin – Figura de Mulher I.



Corradin – Figura de Mulher II.